

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA**

STÉPHANY ANDRADE FERREIRA

**OLIMPIADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: AS FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS
QUE ATRAVESSAM O DISCURSO PRODUZIDO PELO PROGRAMA**

CÁCERES-MT

2019

STÉPHANY ANDRADE FERREIRA

**OLIMPIADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: AS FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS
QUE ATRAVESSAM O DISCURSO PRODUZIDO PELO PROGRAMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística. Orientação: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues. Linha de Pesquisa: Estudos de processos discursivos.

CÁCERES-MT

2019

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

F383o FERREIRA, Stêphany Andrade.
Olimpíadas de Língua Portuguesa: As Formações Ideológicas que Atravessam o Discurso Produzido pelo Programa / Stêphany Andrade Ferreira - Cáceres, 2019.
76 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.

Orientador: Marlon Leal Rodrigues

1. Análise de Discurso. 2. Língua de Estado. 3. Propagandas Políticas. I. Stêphany Andrade Ferreira. II. Olimpíadas de Língua Portuguesa: As Formações Ideológicas que Atravessam o Discurso Produzido pelo Programa: .

CDU 81'42:659.11

STÉPHANY ANDRADE FERREIRA

**OLIMPIADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: AS FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS QUE
ATRAVESSAM O DISCURSO PRODUZIDO PELO PROGRAMA.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues
Orientador – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Membro Interno – PPGL/UNEMAT

Profª Drª Miguel Eugenio Almeida
Membro Externo – UEMS

Prof. Dr. Albano Dalla Pria
Suplente – PPGL/UNEMAT

APROVADA EM: 02/10/2019

Para aquele por quem meu coração
se enche de amor e alegria: meu
pequeno e amado filho, Arthur.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade que me concedeu de realizar este tão sonhado Mestrado.

Agradeço a minha mãe e meu esposo pelo apoio, pelo incentivo, pelo amor. Se não fosse por vocês certamente eu teria desistido pelo caminho.

Agradeço a meus amados pais e minha querida irmã, por cuidarem com tanto afeto do pequeno Arthur, quando eu tinha que me ausentar para estudar.

Agradeço a minhas amigas, e então coordenadoras Debora e Regina (*in memoriam*), por serem flexíveis e compreensivas no período que tive que trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Agradeço a todos os meus colegas de trabalho que colaboraram para que eu pudesse fazer este curso.

Agradeço a minhas colegas de turma Eliane, Grasielle, Ítala e Solange pela conversa agradável, pelo abraço sincero, tornando o percurso menos árduo.

Agradeço a meus colegas Welliton e Solange, pelas colaborações acadêmicas, que foram fundamentais para esta pesquisa.

Agradeço a meu orientador Marlon por se dispor em me orientar de última hora. E, também, a meu antigo orientador Paulo, pelas contribuições iniciais.

Agradeço a professora Rosimar e o professor Taisir pela importante contribuição na qualificação.

Agradeço a todos os meus professores do Mestrado, cada aula, cada artigo, foram essenciais para minha análise.

Agradeça a Deus novamente por todos estes anjos que Ele colocou em meu caminho.

Eu nunca vi um escolhido sem
resposta.

Porque em tudo Deus lhe mostra
uma solução.

Até nas cinzas ele clama e Deus
atende, lhe protege, lhe defende,
com as suas fortes mãos.

(Damares – Sabor de Mel)

RESUMO

Este trabalho se inscreve no campo dos estudos discursivos, na perspectiva teórica da Análise de Discurso, como postulada por Michel Pêcheux na França dos anos 1960, e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, a partir dos anos de 1980. Analisamos discursos do Estado brasileiro, presente nos materiais de divulgação produzidos para o “Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro” (POLPEF). Os *corpora* da análise são constituídos pela propaganda televisiva de 2016, feita para divulgar o POLPEF, e a parte destinada à apresentação dos Cadernos Professor (material fornecido pelo POLPEF para os docentes prepararem suas aulas). Nosso objetivo é analisar, pelo viés discursivo, a maneira como os organizadores do POLPEF falam do programa e qual a necessidade dele ser desenvolvido nas escolas públicas, determinando se nos materiais de divulgação do POLPEF são silenciados sentidos de luta de classes por meio do uso da “Língua de Estado”, a fim de compreender a produção de sentidos que a instituição Estado faz circular sobre o sujeito/professor e sujeito/aluno, diante da proposta de formação e trabalho. Nesse sentido, realizamos um percurso teórico sobre os principais conceitos da Análise de Discurso e, a partir das condições históricas do ensino de língua portuguesa no Brasil e da história do POLPEF, vimos como os discursos do POLPEF se constituem e como estão atravessados por questões ideológicas.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Língua de Estado. Propagandas Políticas.

ABSTRACT

This work is part of the field of discursive studies, in the theoretical perspective of Discourse Analysis, as put forward by Michel Pêcheux in France in the 1960s, and developed in Brazil by Eni Orlandi, starting in the 1980s. We analyze the discourse of the State Brazilian, present in the dissemination materials produced for the Portuguese Language Olympics Program Writing the Future (POLPEF). The corpora of the analysis is constituted by the television advertisement of 2016 made to divulge the POLPEF and the part destined to the presentation of Teacher's Notebooks (material provided by the program for teachers to prepare their classes). Our aim is to analyze, through the discursive bias, the way in which the organizers of the POLPEF talk about the program and what the need for it to be developed in public schools. Determining if in the dissemination materials of the POLPEF the senses of class struggle are silenced through the use of the "Language of State". Seeking to understand the production of meanings that the State institution circulates about the subject / teacher and subject / student, before the proposal of formation and work. We did a theoretical course on the main concepts of Discourse Analysis. Based on the historical conditions of Portuguese language teaching in Brazil and the history of POLPEF, we have seen how the discourses of the POLPEF are constituted and how they are crossed by ideological questions.

Keywords: Discourse Analysis; Language of State; Political Propagandas.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise de Discurso

AIE- Aparelhos Ideológicos de Estado

CDPB- Caderno de cunho Público

CDPR- Caderno de cunho Privado

CENPEC- Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CP- Cadernos do professor

DP- Discurso Pedagógico

FD – Formação Discursiva

LD- Língua de Estado

PNDE- Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

POLPEF- Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

SD- Sequência Discursiva

TV- Propaganda Televisiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	19
DISCUSSÃO TEÓRICA.....	19
1.1 Procedimentos teórico-metodológicos e analíticos	20
1.2 A Língua de Estado	25
CAPÍTULO II.....	29
ESTADO DA ARTE	29
2.1 A História da Língua Portuguesa no Brasil	30
2.1.1 Da Língua Geral à Língua Portuguesa	31
2.2 As Olimpíadas Curriculares Brasileira	33
2.2.1 As Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro	35
2.3 Material de suporte	40
2.3.1 Cadernos do Professor: as mudanças ocorridas no material de apoio do POLPEF com o passar dos anos	40
2.3.2 Caderno por caderno: uma descrição detalhada do Caderno do Professor.....	44
2.3.3 A propaganda televisiva de 2016.....	51
CAPÍTULO III	55
A LÍNGUA DE ESTADO NOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DAS OLIMPÍADAS ...	55
3.1 Recorte 1 (Lugar, transformação e futuro): discurso sobre a luta de classes por meio da Língua de Estado	56
3.2 Recorte 2 (professor): discurso sobre a posição sujeito-professor	62
3.3 Recorte 3 (aluno): discurso sobre a posição sujeito-aluno	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

“Hoje, é lugar comum dizer que as propagandas governamentais se intensificam, na esfera capitalista, e também na do ‘socialismo existente’” (PÊCHEUX, 2016, p. 73).

Durante o ano letivo são realizados diversos concursos envolvendo a escrita e a leitura no ambiente escolar, do nível municipal até o nacional. Com isso, uma grande cobrança cai sobre os professores da área de linguagem, pois o aluno precisa escrever bem para provar a competência do educador. Muitas vezes esse julgamento ocorre sem ser levada em conta a realidade vivida por cada escola.

Nesse cenário, um dos mais importantes concursos é o promovido pelo Ministério da Educação em parceria com a Fundação Itaú Social, o “Programa Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro” (POLPEF), o qual demanda tempo considerável do professor para sua preparação e produz grande impacto na escola, dado o caráter nacional do programa.

O POLPEF conta com um grande material de divulgação e promoção. Estes materiais apontam o programa como uma ferramenta que colabora com a melhora da escrita e da leitura, visto que incentivam o aluno a querer escrever melhor por conta da socialização e das premiações ofertadas aos finalistas. O programa também ajuda os professores com formação continuada e recursos didáticos fornecidos aos docentes participantes.

Diante desses acontecimentos, consideramos pertinente uma análise sobre os sentidos que circulam acerca dos motivos do Estado promover um programa de incentivo à escrita e a leitura, por meio de concursos de textos, bem como compreender por que o ensino da língua portuguesa necessita de medidas extracurriculares para suprir a aprendizagem. Logo, buscamos as formações ideológicas que atravessam os discursos do POLPEF e como ele pretende significar dentro do espaço escolar.

Nesses termos, o objeto dessa pesquisa é o discurso do Estado brasileiro, presente nos materiais de divulgação produzidos para o Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF), no qual, supostamente, há a utilização da Língua de Estado (PÊCHEUX, 2016).

A Língua de Estado (LE) é um discurso usado em propagandas políticas, com um grande poder de convencimento. Conforme pontua Pêcheux (2016, p. 86), essa língua usa

“[...] uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência de relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer”. Segundo o autor, essa persuasão é feita em grande parte por meio da propaganda, de modo que “[...] o Estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas. É esta toda arte da propaganda, e essa arte (arma) não poderia virar-se, como tal, a serviço do proletariado e das massas.” (*ibidem*, p. 91).

Como se observa, as propagandas são um armamento na mão do Estado, por meio delas se consegue manter o sistema de poder. Então, “[...] o que estamos chamando de Língua de Estado é o modo pelo qual ele dá sentido a si mesmo. Num gesto político e que, no caso da propaganda, tem a mídia como meio.” (ORLANDI, 2012, p.107).

Nesse sentido, buscamos analisar se a Língua de Estado está presente nos materiais de divulgação do POLPEF para ajustar as formulações dos sujeitos-professores dentro das formulações dos governantes e interditar a circulação dos sentidos da luta de classes¹.

Para realizar esta pesquisa, analisamos discursivamente a propaganda de 2016 do POLPEF divulgada na televisão e assistida por grande parte da comunidade escolar, tendo em vista que quase todos os brasileiros têm acesso a esse meio de comunicação. De uma maneira eficaz, a propaganda chega até os pais dos alunos e o MEC mostra a existência do concurso, argumentando sobre a importância da participação de seus filhos, mesmo que não falem com eles diretamente (pessoalmente).

Concomitantemente, também analisamos a Coleção das Olimpíadas², um conjunto de livretos, que aqui chamaremos de Cadernos do Professor (CP), destinado exclusivamente aos docentes, com uma série de orientações, esquemas de planejamentos de aulas, apresentação do tema do concurso e como esse tema deve ser trabalhado.

Recortamos a parte destinada à apresentação dos CP's e a propaganda televisiva de 2016 por concentrar a função de apresentar o POLPEF para comunidade escolar e a importância na participação do concurso.

Levando isso em consideração, levantamos a hipótese de estar em funcionamento o que Orlandi (2009, p. 85) distingue como discurso pedagógico (autoritário): “[...]aquele em

¹ Luta de classes refere-se aqui ao antagonismo existente entre o Estado (detentor do poder) e a sociedade brasileira, mais especificadamente a classe trabalhadora (cidadãos assalariados com baixo poder aquisitivo).

² Coleção das Olimpíadas: nome dado pelo POLPEF ao conjunto de livretos em que constam orientações dadas ao professor que irá participar do concurso. No entanto, na presente pesquisa será nomeado Caderno do Professor (CP)

que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação como o interlocutor”.

Nessa ordem, foram analisados os efeitos de sentidos que a discursividade desses materiais de divulgação do POLPEF produzem, uma vez que as políticas de estado para a educação, mesmo quando aparentemente o Estado se posiciona neutro, acabam por produzir sentidos outros que podem estar ligados a práticas político-ideológicas dos detentores do poder político. Para entender a forma de materialização desse processo discursivo, como dito anteriormente, o estudo foi ancorado no aparato teórico metodológico da Análise do Discurso (AD), tal como postulada por Michel Pêcheux, na França dos anos 1960, e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, a partir dos anos de 1980.

Na Análise de Discurso, a linguagem não é trabalhada apenas como gramática ou fala. Como aponta Orlandi (2010, p. 16), ela observa o homem falando, buscando compreender a língua fazendo sentido, acrescentando que a AD leva “[...] em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”. Ou seja, a AD tem o discurso como seu objeto, de modo que

[...] colocar o discurso como objeto central significa também considerar alguns aspectos de sua constituição – a não-transparência da linguagem, a não-transparência dos sentidos, a constituição histórica do sujeito e a sua não-evidência – ou evidenciá-lo, ‘criando’, acima de tudo, um terceiro elemento na dicotomia Saussureana (nem língua, nem fala), o discurso, suas materialidades, sua espessura. (TAFARELLO, 2007, p. 16)

Posto isto, norteados pelos referenciais teóricos em epígrafe, debruçamos sobre os materiais elaborados para divulgação do POLPEF, buscando compreender o funcionamento discursivo desses materiais e quais as formações ideológicas que os levaram a ser produzidos desta forma e não de outra.

Com o objetivo geral de analisar a maneira com que os organizadores do POLPEF falam do programa e qual a necessidade dele ser desenvolvido nas escolas, os objetivos específicos consistem em:

- Analisar se nesses materiais de divulgação do POLPEF são silenciados sentidos de luta de classes por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1974), e a formação ideológica que atravessa o discurso;

- Verificar se os organizadores do POLPEF se utilizam da “Língua de Estado” conceituada por Pêcheux (2016), para fazer marketing ideológico.
- Buscar compreender a produção de sentidos que ela (a instituição Estado) faz circular sobre o sujeito/professor e sujeito/aluno, diante da proposta de formação e trabalho a eles destinada;
- Conceituar e descrever os caminhos que levaram o discurso do POLPEF ser produzido de uma forma e não de outra.

Nessa perspectiva, as questões envolvidas por meio da história, da luta de classes, da formação ideológica, da posição/sujeito e os efeitos de sentidos que os discursos do POLPEF provocam são de extrema importância para a pesquisa, visto que na AD “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós [...] isso redundava em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2010, p. 20).

Segundo Pêcheux (1997, p. 60), é a “[...] ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ [...]”, em outras palavras, é por meio da ideologia que as pessoas são identificadas dentro de uma sociedade, elas já nascem carregadas de sentidos, e “todo processo discursivos se inscreve numa relação ideológica de classes” (*ibidem*, p. 82).

Diante dessas informações, começamos a constituir o *corpus*, não apenas com um tipo de mídia, mas diversos meios de comunicação que trouxeram informações relevantes para a pesquisa, dando ênfase nos CP’s, fornecidos aos docentes para execução das aulas.

Primeiramente, buscamos compreender as condições de produção em que o POLPEF foi elaborado. Procuramos pistas que nos mostraram do que se tratava o programa, quem são os envolvidos, quais os possíveis motivos da criação de um projeto como esse, ou seja, consideramos o contexto social, histórico e ideológico, tratada pela AD como interdiscurso.

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI 2010, p. 31).

Considerando o que poderia ser tomado como *marketing* político na constituição do *corpus* deste trabalho, reunimos um conjunto de textos retirados dos Cadernos do Professor, a propaganda de televisão de 2016, disponibilizados por meio do site oficial do programa das *Olímpiadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro*³. Também coletamos dados no site do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)⁴, e na página virtual de arquivos do Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁵.

Levamos em consideração também a história do concurso apresentada nesses meios virtuais, a história do ensino da língua portuguesa no Brasil, para verificar como a ideologia e a memória produziram sentidos.

Para apreender o sentido da Análise do Discurso, seguimos na linha de estudo brasileira, que forneceu as bases teóricas necessárias para elencar o corpus e desenvolver as análises.

Recortamos o maior número de enunciados dos materiais de divulgação do POLPEF e depois selecionamos somente aqueles que responderam às questões elaboradas para realizar a pesquisa: a) como se dá a formação discursiva nos materiais disponibilizados pelo POLPEF?; b) quais formações ideológicas que atravessam esse discurso?; c) podemos sugerir que existe a presença da “Língua de Estado” (PÊCHEUX, 2016) como instrumento de interdição de determinados sentidos?

Assim foi feita uma leitura dos discursos produzidos pelo POLPEF, buscando suas regularidades, como elas produzem sentidos, pois, de acordo com Orlandi (2010, p. 72) “[...] o que temos como produto de análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição de sujeitos e suas posições”. Além disso, descrevemos detalhadamente a estrutura dos Cadernos do Professor (CP) e encontramos, nas folhas destinadas à apresentação, material necessário para a realização da pesquisa, assim como na propaganda televisiva.

Quanto ao tipo de pesquisa, caracteriza-se como descritiva/analítica, pois ao fazermos a análise dos textos midiáticos divulgados pelo POLPEF, constituintes do *corpus*, primeiramente descrevemos os materiais. Depois, por meio do conceito de Formação Discursiva (FD), fizemos a análise sobre o sentido que o discurso do POLPEF produz e como ele parece estar atravessado por uma série de formações ideológicas que pretendem colocar a

³ Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/>. Acesso em: 08 nov. 2018.

⁴ Disponível em: <http://memoria.cenpec.org.br/index.php?mod=projetos.view.7&id=164&ordem=g>. Acesso em:

⁵ Disponível em: 08 nov.

2018. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/protoco_intencoes_olimpiada_portugues_19_04_2007.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019

posição sujeito-professor e sujeito-aluno dentro dos ‘padrões políticos do país’, silenciando, assim, a luta de classes existentes em nossa sociedade com essa estratégia, deixando cada vez mais forte o poder das classes dominantes⁶.

Como forma de organizar a pesquisa, consideramos pertinente distribuímos o trabalho em capítulos para o apresentarmos a teoria, a descrição do *corpus*, as análises e as considerações finais.

No primeiro capítulo, discutimos sobre os conceitos teóricos da AD, discorrendo sobre Formação Discursiva e os caminhos teóricos que este conceito percorreu até chegar ao sentido apreendido pela AD brasileira. Falamos sobre formações ideológicas, as condições de produção que levam o discurso a ser produzido de um determinado modo e não outro. Outrossim, buscamos compreender como as posições-sujeito são definidas no discurso e a forma que o sujeito é interpelado pela ideologia. A Língua de Estado também é abordada nesse capítulo.

No capítulo dois, apresentamos brevemente a história da língua portuguesa no Brasil e como ela se constituiu como disciplina, por entender que essa história colabora com as análises, uma vez que é de suma importância compreender os motivos pelos quais programas de incentivo à escrita e à leitura são necessários nas escolas públicas brasileiras. Tratamos das *Olimpíadas Curriculares no Brasil* tendo como foco o POLPEF, sua discursividade, porquanto o momento em que se tornou uma política pública de ensino, seus objetivos.

Nesses termos, procuramos descrever detalhadamente os cadernos do professor e o porquê dos CP’s podem ser considerados como uma propaganda política, assim como a propaganda midiática veiculada em canais de televisão, do ano de 2016, os principais materiais para análise.

Ainda no capítulo dois, abordamos o sentido de política pública e o efeito de sentido que ela tem sobre o discurso das lutas de classes e qual o “papel” que o “discurso autoritário” (ORLANDI, 2009) exerce nesse cenário, considerando “suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos” (*ibidem*, p. 85) sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

No terceiro capítulo, realizamos a análise sob os fundamentos teórico-metodológicos da AD, de modo que organizamos o *corpus* em três recortes discursivos, a fim de compreender qual posição-sujeito esperada pelos organizadores do POLPEF em relação ao professor e como o sujeito aluno é posicionado na participação do concurso. Dividimos os

⁶ Tratamos aqui como classe dominante o Estado, formado por governantes políticos, que criam Leis e planejam ações que devem ser executadas pela sociedade.

recortes conforme as sequências discursivas se relacionavam por meio das repetições de palavras e assuntos em comum existentes.

Por fim, nas considerações finais, destacamos as reflexões à que chegamos a partir das análises realizadas no material selecionado para estudo, trazendo à tona os efeitos de sentidos produzidos nos materiais divulgados pelos organizadores do POLPEF.

CAPÍTULO I

DISCUSSÃO TEÓRICA

Quando pensamos em estudos que envolvam a linguagem, logo nos vem à mente as aulas escolares de português com um conjunto de regras e funções gramaticais, um livro em que temos que ler e responder a várias perguntas sobre compreensão de texto ou simplesmente uma conversa entre dois ou mais indivíduos, na qual verificamos se eles conseguem se comunicar por meio da língua.

Nessa perspectiva, vemos que realmente a linguagem é um campo de estudo muito amplo, possibilitando-nos estudá-la por meio de inúmeras maneiras, das mais superficiais até as mais densas. Diante dessas muitas maneiras de significar, segundo Orlandi (2010), estudiosos começaram a se interessar de forma particular pela linguagem, posturas que contribuíram para a configuração da Análise de Discurso, por volta dos anos 60.

Antes dessa data, já havia estudos interessados pelos mesmos objetos da AD, no entanto, como explica Orlandi (*ibidem*), esses estudos não eram realizados de uma maneira sistemática e ocorreram em épocas distintas, com diferentes focos, afirmando a autora que a Análise de Discurso se constituiu no espaço de questões criadas pela relação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Assim, a AD

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (*ibidem*, p. 20).

Nesse sentido, para tomarmos os materiais produzidos e divulgados pelos organizadores do POLPEF como discurso e os efeitos de sentidos produzidos por ele, consideramos as condições de produção envolvidas no processo, procedimentos essenciais para se conduzir uma pesquisa no viés da Análise de Discurso.

Para Orlandi (*ibidem*), a teoria é o que norteia a pesquisa realizada na Análise de Discurso. Desse modo, estudamos o *corpus*, sabendo que, quanto à natureza da linguagem, a AD se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas, como imagens, som, letra e outros.

Neste capítulo discorreremos sobre os principais conceitos que envolvem a Análise de Discurso, dando ênfase ao conceito de formação discursiva, a concepção Língua de Estado, para podermos realizar nossas análises.

1.1 Procedimentos teórico-metodológicos e analíticos

Para se realizar esta pesquisa no quadro da Análise de Discurso, levamos em conta todos os fatos envolvendo o discurso, não apenas o que foi dito nos sites, televisão, revistas, mas os efeitos de sentidos que extrapolam os gestos de interpretação, considerando-se as condições de produção do discurso.

Para Orlandi (2010), as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação. Também fazem parte dessa produção a memória, o contexto socio-histórico e ideológico, ou seja, os efeitos de sentidos são produzidos a partir de uma representação da história e da ideologia trazidas pelo sujeito e que são ativadas na sua prática discursiva.

Nessa perspectiva, o sujeito acredita ser autor do que diz, quando, na verdade, está representando a posição que assume dentro de uma formação discursiva dada, posto que seus discursos são repetições de já-ditos marcados pelo esquecimento.

É a noção de formação discursiva que permite compreender o processo de produção dos sentidos e a sua relação com a ideologia. Lembrando que ao enunciar, os sujeitos retomam sentidos e discursos presentes na sociedade por meio de enunciados que são repetidos, reformulados ou parafraseados. (BRESSANIN, 2012, P.122)

As formações discursivas podem ser compreendidas por dois pontos, segundo Orlandi (2010): i) um é que as palavras estão sempre se comunicando com palavras de outros discursos, buscando seu sentido dentro da formação discursiva em que é usada e esse sentido sempre é dado pela formação ideológica; e ii) o outro é que palavras iguais podem ter diferentes sentidos pelo fato de se inscreverem em formações discursivas diferentes. Essas referências podem ser percebidas por meio da Análise de Discurso, “observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não a outra) para compreender o sentido do que está dito”. (*ibidem*, p. 45).

A ideologia e a formação discursiva estão entrelaçadas, uma vez que a ideologia é formada por meio da formação discursiva, e a formação discursiva está atravessada pela ideologia, sendo as duas essenciais para a compreensão e interpretação do discurso.

Visto que o discurso é produzido por meio dos já-ditos e não-ditos alojados na memória, fazendo sentido no momento que enuncia e fornecendo as condições de produção, “É importante ressaltar que não há prática social sem ideologia, desde um ‘bom dia’ ou um ‘aperto de mão’; e não há discurso que não seja ideológico, mesmo a mais simples e palavra enunciada: ‘oi’” (RODRIGUES; TAFARELLO, 2009, p. 02).

Nesse contexto, observamos as condições de produção como o histórico-social da educação em nosso país, a ideologia das lutas de classes, a posição que o professor/aluno assume diante do material didático pronto, fazendo-nos compreender os efeitos que o POLPEF pode produzir na sociedade brasileira.

De acordo com Orlandi (2010), quando falamos, buscamos, mesmo que inconscientemente, por meio da ideologia, discursos já produzidos anteriormente, que nos tocaram, mas que, por alguma razão, foram esquecidos, e o reproduzimos como se fôssemos autores do discurso. Esses esquecimentos também são muito importantes para a AD, pois, com relação à construção do sujeito, “[...] é assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras” (*ibidem*, p. 36).

Pêcheux (1997, p. 161) observa “[...] que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” O conceito de Formação Discursiva é um dos princípios da AD e de suma importância para os estudos realizados na área. Esse conceito passou por algumas transformações, desde sua criação até estudos mais avançados realizados por Pêcheux.

Narzetti (2018), ao discorrer sobre Formação Discursiva, apresenta-nos o percurso desse conceito e as principais modificações pelas quais ele passou, ao longo do caminho. A noção de FD encontra-se em Pêcheux nos anos 1970, porém sua aparição pública só é veiculada nos artigos que o autor escreve no ano seguinte. A partir de então, segundo a pesquisadora, “[...] o conceito é retomado a propósito de retificações, ampliações e refinamentos.” (*ibidem*, p.650).

Segundo Narzetti (*ibidem*), em 1971, o conceito de FD faz referência à teoria de Althusser sobre ideologia, lembrando que “[...] uma formação social, num dado momento histórico, é caracterizada por um modo de produção dominante e por um Estado determinado pelas relações das classes que o constituem”, estes se desdobram em aparelhos repressivos e

aparelhos ideológicos e é dentro dos aparelhos ideológicos que acontecem as formações ideológicas.

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’ na medida em que se inscrevem relações ideológicas de classes (PECHÊUX, 2014, p. 83).

Mas, como aponta Narzetti (2018), definir um conceito é formular um problema e o projeto de Pêcheux passa por essa etapa, que é a “[...] busca de uma teorização das ideologias concretas no seio de uma sociedade em dado momento histórico [...] relação do sentido com a ideologia” (*ibidem*, p. 651), uma vez que Pêcheux destaca que as FD’s compreendem o lugar em que as palavras e expressões da língua constroem seus sentidos, visto que não somente se materializam na ideologia e na linguagem.

[...] o sentido não é exclusivamente linguístico, mas socio-histórico (o que quer dizer, afetado pelas classes e os antagonismos e interesses de classes; afetado pelas posições de classes constituintes das ideologias). Palavras, expressões e enunciados possuem um caráter material que é, entretanto, dissimulado pela ilusão, que afeta os sujeitos, da transparência da linguagem [...] (*ibidem*, p. 652).

Ao longo da história, o conceito de FD passou por algumas “retificações, refinamentos, ampliações”, mas mantendo seu “núcleo conceitual” (*ibidem*). A ampliação, segundo a autora, acontece quando Pêcheux começa a relacionar a FD “à interpelação dos indivíduos em sujeitos e à constituição do sujeito do discurso” (*ibidem*, p. 653), articulando seu conceito com os de Althusser. A autora afirma que um dos aspectos definidores da FD é que ela é um dos componentes da formação ideológica, relacionado à ideologia por meio do aspecto discursivo ou linguístico e “possui um aspecto regional (assim como toda FI) e é atravessada por uma tendência de classe” (*ibidem*).

Para Narzetti (*ibidem*), esse aspecto regional cede a possibilidade de a FD falar por meio de *temas*, característicos dessa FD, definindo “suas fronteiras em relação a outras FD (Deus, a liberdade, a razão, a moral, a democracia). A tendência de classe atravessa uma FD, fazendo com que ela fale desse “tema” a partir da perspectiva de determinada classe social” (*ibidem*). Outro aspecto definido da FD é que as palavras ou expressões ganham sentidos distintos dependendo da FD que está sendo falada. “A retificação e o refinamento, por sua vez, fazem-se simultaneamente, quando Pêcheux propõe que, na verdade, a FD não seria homogênea, mas heterogênea” (*ibidem*).

Vejam os em que consiste esse refinamento do conceito de FD. Na passagem acima, nota-se que Pêcheux insere no conceito dois aspectos não formulados nas reflexões anteriores: o fato de que uma FD depende de outras FD e o fato de que o conjunto das FD forma um todo complexo com dominante. O conjunto das FD existentes em uma sociedade, em dado momento histórico (o “interdiscurso”), não se caracteriza como uma mera somatória de FDs, em que elas estariam justapostas umas às outras, mas ganha a forma de um conjunto complexo, no qual as FDs entretêm relações de aliança, dominação e subordinação. No interior do todo complexo, há uma FD dominante e há FDs subordinadas; cada uma delas estabelece, por sua vez, relações de alianças, confronto, contradição com outras FDs, e assim sucessivamente. Essas relações se inscrevem na própria materialidade linguística das FDs. (*ibidem*, p. 656).

Com esse refinamento, o conceito de FD passa por uma retificação, determinando sua natureza “heterogênea/aberta” e não mais “homogênea/ fechada,” como antes. As “[...] FDs possuem fronteiras flexíveis, deslocando-se em função dos interesses da luta ideológica. As análises passam a descrever as relações entre as FDs no interior do interdiscurso” (*ibidem*, p. 657).

Na AD, cada palavra ou expressão não será analisada como parte da língua, mas, vista dentro de um contexto, terá diferentes sentidos, dependendo da posição do sujeito, uma vez que, para Orlandi (2010), as formações discursivas não devem ser pensadas como homogêneas, mas constituídas pela contradição, contexto em que o sujeito discursivo se constitui.

Como argumenta Orlandi (*ibidem*, p.49-50), a ideologia dá condições para a constituição do sujeito e dos sentidos, o indivíduo é transformado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer, “[...] o dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores. Não temos controle sobre isso. Mas tentamos”, levando-nos à noção de contradição,

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe. (PÊCHEUX, 1997, p. 83-84)

Quando buscamos saber como são produzidos os discursos, estamos analisando algo o que já foi dito, que foi determinado por uma classe dominante e não se tem domínio a isso, os interlocutores são submetidos assim ao assujeitamento, embora acreditem ser livres, donos de seus pensamentos, quando, na verdade, estão submetidos a tudo que envolve a produção discursiva.

Vale reafirmarmos aqui que assim é que compreendemos o que a análise de discurso chama “assujeitamento”: para ser sujeito de, o indivíduo, afetado pelo simbólico, está sujeito à ideologia, ou seja, é interpelado pela ideologia, fazendo funcionar o imaginário que na liga a nossas condições reais de existência. Se nascêssemos na Idade Média, seríamos sujeitos medievais, e não capitalistas, e teríamos outra forma histórica e outros modos de constituição (pela religião, por exemplo, e não pelo direito). (ORLANDI, 2015, p. 189)

Para Megid (2016), já que o sujeito não é autor do seu dizer, então ele fala a partir de sua posição-sujeito, função essa determinada pelo discurso em que é constitutivo, definindo seu processo identitário.

As FD’s são responsáveis por determinar qual posição o sujeito deverá tomar, isso de forma inconsciente, reforçando que o sujeito não tem controle do que diz, ele é afetado pela ideologia e pela história, ele fala por meio da posição ocupada por ele dentro de uma formação discursiva.

Nessa perspectiva, articula-se a ilusão, em que o sujeito passa por um momento de “duplo esquecimento (que, na verdade, é um desconhecimento) – o sujeito acredita ser a fonte do que diz, porque não sabe que: a) o que diz já foi dito antes; b) o que diz só faz sentido porque está em relação de paráfrase com um já dito antes e em outro lugar” (NARZETTI, 2018, p. 655). Medig (2016) destaca, por exemplo, que, quando falamos de uma posição sujeito-mãe, os efeitos de sentidos são produzidos de um modo diferente se comparados à posição sujeito-professor, pois tratam-se de formações discursivas distintas, em que posições-sujeito ocupadas determinam o dizer de uma forma e não de outra.

Assim, quando fazemos análise no quadro da AD, podemos interpretar um enunciado buscando compreender por quais atravessamentos esse enunciado passou, quem é o sujeito que o diz, em qual formação discursiva ele está inserido e quais as formações ideológicas que interpelam essa FD, dando um sentido ao enunciado, percebendo como ele significa dentro de uma FD ou de outra. Segundo Orlandi (2010), a literalidade como algo fixo e irreduzível não é operada pelo falante, não havendo sentido único e prévio, e sim um sentido instituído historicamente, que faz parte das condições de produção do discurso, na relação com o sujeito e com a língua.

São muitas as questões que permeiam a Análise de Discurso e o que mais atrai é que cada análise realizada nessa área será única, afinal cada analista a fará sob uma perspectiva diferente. Ela é um convite à análise. Analisando sob cada ponto que envolve o discurso, sempre levando em conta o social, o histórico, o ideológico, buscando compreender os

sujeitos, os sentidos e o mundo que vivemos, por meio de um olhar mais crítico e menos alienado e é nesse caminho que a nossa pesquisa foi conduzida.

Para Orlandi (*ibidem*, p. 62), uma pesquisa realizada na área da análise do discurso “[...] é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza [...] a necessidade de que a teoria intervenha todo momento para ‘reger’ a relação do analista com o seu objeto [...]”. Para a autora, a construção do *corpus* também deve seguir os critérios teóricos, combinados com os objetivos da análise, para chegar a uma compreensão, visando mostrar como o discurso funciona e produz sentido.

De acordo com Rodrigues (2007, p. 47), a questão do método e a do objeto em AD estão relacionadas, uma vez que “as considerações feitas sobre o objeto valem para o método, pois, a ‘simples escolha’ entre um e outro método, revela questões diferentes do objeto”, ou seja, ao recortarmos um objeto vamos ao encontro das “propriedades dele que se apresentam como querendo ‘dizer’ algo de suas especificidades”.

Sendo assim, com base no objeto, elegemos dentro de todo o material de divulgação do POLPEF, enunciados que nos forneçam suporte para sustentar nossa pesquisa dentro da teoria da Análise de Discurso, no intuito de compreender como se dá o funcionamento do discurso político nesses materiais e os efeitos de sentido que eles produzem.

1.2 A Língua de Estado

Pêcheux (2016, p.73), ao falar sobre *Língua de Estado*, faz uma abordagem histórica sobre as propagandas políticas, contexto em que “não pretendo aqui me entregar a condições morais ou técnicas sobre os procedimentos da propaganda; gostaria de engajar com vocês uma reflexão a partir de alguns elementos históricos que me parecem tocar diretamente a esta questão”.

Segundo o autor, a estratégia de usar a propaganda a favor do Estado é praticada desde Napoleão e foi avançando e se aprimorando, até mesmo em tempos de guerra, “adaptando-se as novas condições de luta contra o proletariado” (*ibidem*).

Nesse contexto, o termo *guerra ideológica* apareceu recentemente, pretendendo caracterizar as diversas operações midiáticas de massas desenvolvidas (em média de maneira eficaz) pela grande burguesia multinacional contra tudo que resiste a sua política. (*ibidem*, grifos do autor)

Pêcheux (2016) analisou alguns apontamentos de Serguei Tchakhotine, um especialista em propaganda, que trabalhou ao lado dos governos russo e alemão, escritor da obra ‘Violações das multidões pela propaganda política, na qual dizia que o ser humano é ‘animal influenciável’, pontua que a ‘bio-psicologia’ da propaganda formulada por Tchakhotine permanece nas preocupações políticas de nosso tempo.

De acordo com Pêcheux (*ibidem*), Tchakhotine criou três teses sobre a natureza humana: a primeira é que somos movidos por pulsões, essas pulsões podem ser alimentar/econômica/lógica, que leva a uma propaganda baseada no raciocínio, ou pulsões de cunho afetivo/agressivo/combativo, que age pela emoção. A segunda tese é que essas pulsões podem ser utilizadas a serviço de qualquer política, são como armas poderosas. A terceira trata-se de saber utilizar as palavras para influenciar homens e mulheres na direção que desejam. São dessas artimanhas que a Língua de Estado se vale. Partindo dessas três teses, Pêcheux interpreta historicamente as propagandas políticas na base capitalista.

[...] podemos reter que o modo de produção capitalista (MPC) seguiu duas formas históricas concorrentes:

- A via dita “americana”, na qual o produtor independente torna-se ele próprio progressivamente comerciante e capitalista;
- A via dita “prussiana”, na qual (segundo uma expressão de Lênin) a exploração feudal se transforma lentamente em exploração capitalista. (*ibidem*, p. 80).

Para Pêcheux (*ibidem*), a história do século XIX e XX condensa uma luta interna dessas duas vias do capitalismo, recapitulando várias condições da luta do movimento operário frente ao desenvolvimento capitalista, nesse “duplo espaço que se formula concretamente as *condições de exercício das propagandas políticas*, através de uma longa série de tentativas de emprestar, tomar a palavra, [...] desnaturar as bases práticas do adversário de classe” (*ibidem*, p. 82. grifos do autor).

A propaganda liberal da burguesia “fundada na Declaração dos Direitos do Homem, o papel motor do Sujeito de Direito, das consciências e das “ideias que levam o mundo” (*ibidem*) conduziu um movimento operário pelo caminho de propaganda educativa, consciente, “uma espécie de política proletária de difusão do Iluminismo e da Verdade, aderindo ao juridismo burguês, mais ainda do que a própria burguesia, e veículos de ilusões...” (*ibidem*).

Conforme explana Pêcheux (*ibidem*), em 1917, com a abertura do “Outubro russo”, houve um movimento de massas fazendo irrupção no Estado, criando uma espécie de ditadura

proletária, mexendo, assim, nas condições de base da propaganda do proletariado. Começa, então, a propaganda comunista do “socialismo real”, uma luta contra o capitalismo. “Nessa luta, o poder soviético usa todos os meios a sua disposição: luta das massas, antes de tudo, mas também recuperação das peças do Aparelho de Estado tzarista, tentando desnaturalizá-los e voltá-los a serviço da revolução” (*ibidem*, p. 83), criando propagandas eficazes e modernas.

Com toda a evolução das propagandas, de acordo com Pêcheux (*ibidem*), os burgueses europeus passaram a fazer uso da maquinaria político-ideológica, organizando-se, desenvolvendo um populismo contrário aos das práticas do movimento operário. Partindo das contradições ligadas a essas práticas operárias, a burguesia europeia criou uma estratégia, que, para os estudiosos, era cheia de camuflagens, espertezas e provocações, utilizando-se de expressões mordazes e palavras de ordem militar, a via “prussiana” se renovou. Porém, o movimento operário teve sua parcela de responsabilidade, uma vez que, mesmo inconscientemente, se descuidou, pensando que poderia jogar com o fascismo e acabar com a burguesia capitalista.

Durante esse tempo, o regime soviético evoluía, ao mesmo tempo, sob o peso de suas contradições internas e sob pressão do perigo externo nazista, inventando de seu lado a ‘solução’ do stalinismo que ia, cada vez mais, constituir uma espécie de *contra-identificação à via capitalista tipo prussiano*, uma ‘virada’ dessa via em uma *via prussiana do socialismo* apresentando, um grande número de pontos concretos que todo mundo pode encontrar sem esforço, perturbadoras semelhanças com ele (*ibidem*, p. 85, grifos do autor).

O discurso stalinista, segundo Pêcheux (*ibidem*), é uma língua de Estado. “Essa língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente: o dizível e o existente devem coincidir sem falhas nos enunciados performativos do stalinismo [...], pronto para que a falha retorne pelo viés do absurdo” (*ibidem*, p. 86).

Com a Segunda Guerra Mundial, a “via prussiana do socialismo” consolidou-se, enquanto, no cenário internacional do capitalismo, a “via americana” buscava força liberal contra o comunismo. No Pós-Guerra, as condições de assujeitamento político e ideológico do capitalismo estavam mudadas. Para Pêcheux (*ibidem*), o “‘liberalismo totalitário’ soube colocar no ponto uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento, através de um jogo de palavras sobre o termo *liberdade* [...]” (*ibidem*, p. 88, grifos do autor), aqui o sujeito é interpelado por seu narcisismo.

Na França, com os movimentos operários, as propagandas em 68 tinham o princípio de “explicar as massas que, apesar das aparências, ‘nós’ não podíamos ir ao poder.” (*ibidem*,

p. 91). Já em 78, “tratava-se de explicar (ainda!) às massas que, com o programa comum, elas ascendiam ao poder, sem ter outra coisa a fazer senão votar” (*ibidem*).

Depois de fazer toda uma abordagem histórica sobre as propagandas políticas, Pêcheux (*ibidem*) pontua que “o que temos de reaprender na prática é que a luta de classes não é simétrica, e que a contra-identificação estratégica ao adversário é um engano, particularmente nas condições novas do capitalismo do tipo ‘americano’”. Incidindo sobre as teses de Tchakhotine, é preciso considerar os efeitos da língua de Estado, ou seja, a “arte de anestesiar as resistências, de absorver revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos” (*ibidem*, p. 92).

CAPÍTULO II

ESTADO DA ARTE

O Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF), além de ter as propagandas divulgadas na mídia pela televisão, busca promover o trabalho realizado pelo programa por meio do material que é fornecido aos professores que participam do programa, os Cadernos do Professor (CP), nos quais há uma parte destinada a falar sobre as razões levantadas pelos organizadores para criar o programa, suas pretensões, objetivos e de uma forma sutil elogiar o POLPEF, argumentando a importância do educador participar juntamente com seus alunos.

No Brasil, a maioria das escolas públicas participa desse concurso, portanto o material fornecido pelo POLPEF tem um grande alcance nacional. Por se tratar de um programa de grande escala, acaba por ocupar uma boa parte das aulas destinadas ao ensino de língua portuguesa, sendo sua execução praticamente uma prioridade. Por essa razão, o sujeito-professor pode ser uma importante ferramenta do Estado para transmitir ao sujeito-aluno seus ideais e, por circulação de sentido, à classe trabalhadora⁷.

Nesse sentido, para localizar nossa pesquisa no campo da Análise de Discurso (AD), fez-se necessário encaminhar este estudo como um modo de compreender o processo de formulação do discurso produzido pelos organizadores do POLPEF. Assim, nesse capítulo, tratamos da história da língua portuguesa no Brasil e de como ela se constituiu como disciplina, da história do POLPEF encontrada nas plataformas digitais dos promotores do programa.

Observando os CP's fornecidos pelo POLPEF, percebemos vários momentos em que se relatam a dificuldade enfrentada pelos alunos em relação à leitura e à escrita. Dessa forma, buscamos compreender, por meio da história, o motivo de haver um *déficit* no ensino/aprendizado da língua, o que nos levou a uma série de medidas adotadas desde a época da colonização, cujo desdobramento no país foi o caminho para o fracasso escolar.

No Brasil, existem diversos projetos e planejamentos que pretendem colaborar com a diminuição da dificuldade na educação. Olimpíadas curriculares, como veremos mais adiante, existe praticamente uma para cada disciplina da grade escolar, prática fundamentada no argumento de que poucas são as escolas públicas que podem efetivamente oferecer um ensino

⁷ Compreendemos como classe trabalhadora/ proletariado o cidadão assalariado, com baixo poder aquisitivo e que são afetados diretamente pelas Leis, projetos e ações vindas do Estado.

de qualidade, que consigam capacitar os alunos a ser cidadãos críticos, capazes de enfrentar ou opinar sobre situações do cotidiano com propriedade, daí a necessidade e a importância de tais Olimpíadas.

A língua portuguesa é tida como uma das maiores preocupações, pois, muitas vezes, ouvimos dizer que o brasileiro não sabe falar bem a própria língua, ele não tem o hábito da leitura, tendo uma dificuldade enorme para escrever. Estas declarações são dadas ao longo do tempo, ano após ano, fazendo-nos perceber que não se trata de um problema atual, mas praticamente cultural, social.

Para compreendermos melhor essa dificuldade vivida pelos brasileiros, falemos um pouco sobre o ensino da língua portuguesa no Brasil, como ela se constituiu como disciplina e quais os vestígios trazidos do seu início para os dias atuais. Já que nossa pesquisa é desenvolvida na linha da Análise de Discurso, a história é importante para a formação discursiva e os processos de significação.

2.1 A História da Língua Portuguesa no Brasil

Para Menardi; Amaral (2006), as ações de reforma realizadas pelo Marquês de Pombal durante o governo português e possessões no período colonial, principalmente a exclusão do trabalho catequético feito pelos jesuítas, estão estritamente ligadas à origem e ao desenvolvimento histórico da educação pública brasileira.

Assim, Menardi; Amaral (*ibidem*) apontam que, no momento de crise econômica vivida por Portugal no século XVII, houve a nomeação do Marquês pelo Rei, na intenção de recuperar essa economia. Segundo as autoras, Pombal fez uma série de transformações, denominadas “reformas pombalinas”.

Marques de Pombal procurou industrializar Portugal, organizar melhor a exploração das riquezas brasileiras, extinguiu a escravidão dos índios no Maranhão e, por fim, criou um Diretório dos índios para trocar a administração das missões, até no momento realizada pelos jesuítas. Os jesuítas foram expulsos das terras portuguesas por não atenderem mais os interesses do reino. Pombal rompeu com a igreja por acreditar que a educação precisava ser vista de um ponto científico e não teológico como era feito pelos jesuítas. Marquês de Pombal via a educação como uma forma de melhorar a situação econômica de Portugal, fazendo com que o país se desenvolvesse.

Pombal, de acordo com Menardi; Amaral (*ibidem*), foi o responsável por criar ações que se tornaram dados históricos, como a implantação do primeiro programa de ensino

público, as aulas régias, a formação dos professores. Houve uma grande reforma na educação, a qual passara a ser responsabilidade do Estado e não mais da Igreja. Nesse cenário, como visto, são criadas as aulas régias, aulas avulsas de disciplinas, ofertadas apenas para os filhos da elite.

Como reforça Menardi; Amaral (*ibidem*), a expulsão da Companhia de Jesus significou para nosso país, entre outras coisas, a destruição da única forma de ensino existente no Brasil. Outro ponto interessante levantado pelas autoras é de que no Brasil as reformas passaram a vigorar quase trinta anos depois, deixando a educação na Colônia completamente abandonada.

2.1.1 Da Língua Geral à Língua Portuguesa

Na história da língua portuguesa no Brasil podemos destacar quatro períodos importantes para sua efetivação no país, segundo Guimarães (2005): i) o primeiro momento ocorre do início da colonização, em que havia contato das línguas indígenas, holandesa e portuguesa e a criação das línguas gerais para maior entendimento entre os povos; ii) o segundo período é marcado pela saída dos holandeses e a vinda da família Real e com isso a decisão de tornar o Português a língua oficial, excluindo as línguas gerais; iii) Com a chegada da família Real o número de portugueses aumenta consideravelmente no Brasil e aí começa um novo período, nele é criada a imprensa que usa somente a língua do rei, trazendo um aspecto de unidade para a língua, e iv) o quarto momento acontece com o começo das discussões a respeito de se ter uma língua “brasileira”, pois é o período que começa a imigração no Brasil e as variações linguísticas passam a ser mais evidentes.

Guimarães (*ibidem*) também discorre sobre as características do “Português do Brasil”, ressaltando que, devido ao formato de colonização no Brasil, a língua sofreu muitas alterações, distanciando-se bastante da língua usada pelos portugueses, principalmente em relação à fala, pois a escrita, como segue uma série de normatização, acabou ficando mais próxima ou mais parecida com a língua dos colonizadores.

A introdução da disciplina de língua portuguesa, oficializada como obrigatória no período pombalino, no currículo escolar foi tardia, já que ela era vista apenas como instrumento de alfabetização, pois a língua usada pelos estudiosos era o latim. Seu ensino começou aos poucos até que, na década de 1960, a língua portuguesa se consolida. Pietri (2010) aponta que, na década de 1950, com a democratização do acesso à escola, houve o aumento de contratação de professores, refletindo as práticas nas universidades.

Importantes mudanças aconteceram em 1960 e 1970, principalmente por causa da ditadura militar. Um aspecto marcante dessa época foi a mudança do nome da disciplina de língua portuguesa para “*comunicação e expressão*”, minimizando o ensino gramatical e se intensificando num ensino voltado para oralidade, pensando na formação profissional. Por conta disso, houve grandes alterações na estrutura do ensino fundamental, como a elaboração do “Guia Curricular para ensino de 1º grau”, com o objetivo de oferecer ao professor maior flexibilidade para adaptar seu trabalho de acordo com o contexto, uma vez que a elaboração das atividades seria planejada pelo professor. O discurso presente no “guia curricular” pautava-se na prática discursiva de uma política educacional para oferecer oportunidades iguais a todos. Com relação ao ensino de língua portuguesa, deixa-se um pouco de lado o estudo da gramática tradicional e procurava-se estudar o uso da língua em si, com base em ideais linguísticos.

Em complemento, Soares (2004) descreve que, em 1837, foi criado, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II e implantada no currículo a língua portuguesa em forma de retórica e Poética, abrangendo a literatura e a gramática, disciplinas que representaram o português até o fim do Império, quando houve a fusão delas. Mudou-se a nomenclatura, mas o ensino era basicamente o mesmo.

Muitas gramáticas foram produzidas nessa época. Em sala, eram trabalhados somente textos de autores consagrados e ao professor cabia apenas lê-lo e passar exercício para os alunos, seguindo, assim, o material didático.

Transformações mais importantes no ensino da língua portuguesa começaram a ocorrer depois de 1950 com o maior acesso escolar, primeiro porque muda o alunato, já não são apenas os “filhos da burguesia, que povoam as salas de aula, são também os filhos dos trabalhadores” (*ibidem*, p.166); segundo, ao aumentar a demanda de alunos, o recrutamento de professores passa a ser menos seletivo.

Para Soares (*ibidem*), nos anos de 1950 e 1960, o ensino da gramática passa ser mais articulado e estudado por meio do texto, da interpretação. Os professores não precisam mais preparar suas atividades, apenas seguirem o livro didático, uma forma de facilitar o trabalho docente, uma vez que há um rebaixamento salarial e precariedade nas condições de trabalho.

Em 1970, com a Lei de Bases e Diretrizes (Lei nº 5692/71), houve uma mudança radical. Diferentemente das outras modificações ocorridas ao longo da história, essa foi uma intervenção militar, que reformulou o ensino fundamental e médio, de acordo com as ideologias do regime militar. Segundo Soares (*ibidem*), nesse momento o estudo não ficou

voltado só para textos literários, mas volta-se para um ensino mais sistemático, de decodificação.

De acordo com Soares (*ibidem*), as contribuições das ciências linguísticas ao ensino do português foram de extrema importância nos anos de 1980. Nessa década, as escolas são alertadas para as questões das variações linguísticas. Novas concepções vão surgindo na área da fonética, semântica, exigindo uma nova postura do professor.

A constituição da disciplina língua portuguesa no formato que a conhecemos hoje é atravessada por fatos sociais e políticos do país, desde a sua fase de Colônia a sua independência e constituição enquanto Nação. Portanto, podemos perceber que a língua portuguesa, enquanto disciplina curricular, passou por momentos de grandes dificuldades, ecoando no ensino até os dias de hoje.

2.2 As Olimpíadas Curriculares Brasileira

As olimpíadas curriculares são concursos realizados nas escolas brasileiras, na maioria das vezes em instituições públicas, para melhorar a qualidade na educação, uma vez que o aluno estudará com mais afinco para poder participar e, principalmente, ser um finalista, ganhando prêmios e o prestígio da comunidade escolar.

Mas, como o próprio nome aponta, trata-se de uma olimpíada, ou seja, uma competição, embora os organizadores desses concursos aleguem que uma seleção dos melhores não está em questão, e sim o enriquecimento do conhecimento do estudante em relação à disciplina estudada, a importância de querer e se empenhar em participar, de se socializar. Como apontam Ostermann, Rezende (2012, p.248):

As olimpíadas escolares de qualquer disciplina se espelham nas competições esportivas mundiais que visam à seleção de vencedores e, conseqüentemente, de perdedores nas diversas modalidades de esporte. Das competições esportivas, participam atletas treinados minuciosamente por anos a fio, com apoio de diferentes países e de empresas. No entanto, nos últimos anos, não precisamos assistir aos jogos e competições para antecipar o grupo de seis ou dez países de onde são recrutados os vencedores. Os países mais ricos têm, em geral, melhor desempenho que os mais pobres. O "talento" esportivo estaria, então, condicionado à origem socioeconômica do atleta.

Nessa perspectiva, percebemos, em relação às olimpíadas curriculares, que a realidade é a mesma das olimpíadas esportivas, visto que chega ao final do concurso quem tiver melhores condições socioeconômicas. Muitas vezes, o estudante de uma escola da periferia, sem acesso a um computador com internet, sem laboratórios equipados com

materiais de última geração, sem uma biblioteca com livros adequados, sem condições de se deslocar da sua comunidade para realizar a pesquisa em outro lugar ou ainda que tenha que trabalhar para ajudar no sustento familiar, não terá as mesmas oportunidades que um aluno que tenha acesso a todas essas ferramentas, o que por circulação de sentidos pode reforçar a desigualdade social, marcando questões de luta de classes.

Segundo Narzetti (2018), primeiro pelo fato de existirem diferentes classes formando a nossa sociedade é que essas classes ocupam lugares diferentes dentro da sociedade. É “desse lugar que constituem suas representações sobre as ‘coisas’” (*ibidem*, p. 653), que recebem representações diferentes por terem sido elaboradas a partir daquele lugar específico e sofrendo, portanto, as limitações impostas por ele. E, em segundo, “[...] as diferentes classes possuem interesses diferentes, comumente contraditórios, no interior dessa mesma sociedade[...]” (*ibidem*).

Dessa forma, podemos compreender que concursos como as olimpíadas curriculares produzem efeitos de divisão de classe, visto que as próprias escolas públicas vivem realidades diferentes umas das outras. No Brasil, existem escolas bem equipadas e amparadas, enquanto outras faltam materiais básicos como cadeiras para os estudantes se sentarem. Essas situações interferem no ensino/aprendizado. Em relação à competição, chega à final o aluno que tem mais condições, mais oportunidades de acesso. Ainda que professores e alunos dessas escolas com menos recurso se esforcem, não conseguem avançar devido à falta de recursos.

Essa formação da sociedade dividida por classes é implantada e trabalhada por meio do Aparelho de Estado, o conjunto entre Governantes, Chefes de Estado, administradores. Segundo Althusser (1974, p. 32), “[...] o Aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva, ‘ao serviço das classes dominantes’, na luta de classes travada pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado é de facto o Estado [...]”.

Para Althusser (*ibidem*, p.73), a dominação das classes vai além da participação do Aparelho de Estado, de domínio público, ela também atinge o setor privado por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...]”, como igreja, família, entre outros.

Diferentemente do Aparelho de Estado que trabalha com a violência, a imposição, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) funcionam, em maioria, pela ideologia, porém, sofre também influência da classe que detém o poder, por conta da tradição de dominação, da submissão. Dentro desses AIE são trabalhados o lugar que cada um desempenha na sociedade,

e a escola, que a maioria dos cidadãos frequenta ou frequentara, faz parte dos AIE, portanto um ambiente muito oportuno para disseminar as ideologias de classes.

Nas escolas do Brasil são realizadas diversas olimpíadas curriculares, elas procuram trabalhar com o aluno dentro do ambiente escolar, de acordo com a disciplina que está concorrendo. Envolvem estudantes do ensino fundamental ou médio das escolas públicas e algumas olimpíadas também aceitam a participação de escolas privadas de todo o país. Ostermann; Rezende (2012, p.247) apresentam um breve resumo das disciplinas que realizam esse tipo de concurso, como leremos a seguir.

[...] No Brasil, anualmente, organizam-se olimpíadas de Matemática e Língua portuguesa, para as escolas públicas, patrocinadas pelo governo federal desde 2006. Universidades e sociedades científicas também têm organizado e financiado olimpíadas escolares. Por exemplo, a "Olimpíada Brasileira de Física" vem sendo organizada pela Sociedade Brasileira de Física para todos os estudantes do Ensino Médio e estudantes da última série do Ensino Fundamental há mais de uma década. A Olimpíada Brasileira de Biologia encontra-se em sua sexta edição. A competição é voltada para estudantes que cursam ou já concluíram o Ensino Médio e conta com o apoio da Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Quanto à Olimpíada Brasileira de Química, trata-se também de um evento anual para estudantes do Ensino Médio e tecnológico. Em 1986, por iniciativa do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizou-se o primeiro evento, com a participação de cinco estados brasileiros.

O CNPq dá suporte também a outras olimpíadas curriculares no Brasil, como as Olimpíadas de robótica, astronomia e história. Todas com uma fala em comum em relação ao objetivo, que é fornecer melhorias para o ensino básico. A olimpíada de língua portuguesa, foco de nossa pesquisa, é um desses concursos realizados na escola e que tem um alcance nacional. Vejamos sobre ela mais detalhadamente no item a seguir.

2.2.1 As Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

O Programa Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF), segundo dados retirados do site oficial do programa e do site do CENPEC, foi um projeto criado no ano de 2002 pela Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Recebia o nome de “Prêmio Escrevendo o Futuro”, tendo como objetivo, por meio da formação de professores, ajudar no

aperfeiçoamento no processo de elaboração de texto dos estudantes brasileiros do 4ª e 5ª séries de escolas públicas.

O programa sempre contou com o apoio do MEC, mas, em 2008, firmou uma parceria com o Ministério da Educação e, assim, se ampliou, alcançando maior número de anos escolares, tornando-se uma Política Pública de Ensino constituída de uma série de ações, como Leis, projetos e programas realizados pelo poder público para melhorar a qualidade na educação.

[...] as políticas públicas entram em cena uma que elas vão criar o consenso de igualdade social, de acesso, de oportunidade, mediante a capacitação dos sujeitos, o que permitirá o governo exercer o poder regulador sem tensão (DIAS, 2010, p. 50).

Esse modo de ver as políticas públicas pode ser complementado com os argumentos de Pfeiffer (2010, p.86), em que a autora defende que “as políticas de ensino estruturam-se sob o mesmo funcionamento que sustentam as políticas públicas em geral na história brasileira (e também mundial) guardadas de suas especificidades e ligeiras diferenças”, amparando-se na questão das políticas sociais como instrumento de amenizar as desigualdades originadas no mercado. “Nesse sentido fica forte que a formulação dessas políticas se sustenta pelo gesto de *adaptação*” (*ibidem*), em que os discursos visam ajudar aos desfavorecidos.

Nessa perspectiva, há uma contradição que se materializa no discurso do Estado ao desenvolver projetos como os das olimpíadas. Por meio de ações como essas, o discurso do Estado mostra ao povo que todos os cidadãos receberam oportunidades de crescimento e transformação de sua realidade. No entanto, a própria Constituição Brasileira, quando trata das divisões de ensino nas Políticas Públicas, prevê certa divisão entre os indivíduos.

Artigo 208 da Constituição Brasileira = O dever do Estado com a educação será efetivado mediante de:

I – [...]

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artísticas, segundo a capacidade de cada um; [...]

[...] são formulações que colocam a divisão entre natureza e cultura de modo a evidenciar que alguns são naturalmente cultos e outros naturalmente naturais. (*ibidem*, p. 88)

O Estado concede os direitos, mas respeitando as diferenças intelectuais de cada um, ou seja, as diferenças são evidentes. Comparando com as condições de produção históricas

que descrevemos sobre o ensino da língua portuguesa, vemos que os sentidos de desigualdade são produzidos ao longo dos anos.

Em 2007, quando o POLPEF passou a ser uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado pelo governo federal, sendo nomeado de “Programa de Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro”, aumentou-se a abrangência do programa, passando a trabalhar com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, tornando-se, portanto, uma política pública de ensino. Em nota retirada do site do MEC⁸, a ação é anunciada:

Após análises de iniciativas educacionais, o MEC assinou protocolo de intenções com a Fundação Itaú Social para promover a olimpíada. A fundação é responsável por organizar o Projeto Escrevendo o Futuro, cuja metodologia e estratégia servirão de base para elaborar o concurso (BRASIL, 2007).

O Protocolo de Intenções, disponibilizado na página de arquivos do MEC⁹, trata-se de um contrato de quatro páginas em que colocam os termos da parceria. O texto, além das informações jurídicas das partes envolvidas, expõe as razões que consideraram para realizar o acordo:

I. a ITAÚ SOCIAL desenvolveu, com a coordenação técnica do CENPEC, o Prêmio Escrevendo o Futuro, cujos objetivos são colaborar com a formação de educadores e estimular o desenvolvimento de competências dos alunos para a escrita, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino público brasileiro;

II. o MEC, entre outros projetos destinados a incrementar a qualidade do ensino no país, deseja implementar um projeto de Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, baseado no Prêmio Escrevendo o Futuro, com o objetivo de estimular a qualidade da escrita dos estudantes brasileiros;

III. após análises de iniciativas educacionais, o MEC concluiu que a metodologia e estratégia de premiação do Prêmio Escrevendo o Futuro são particularmente especiais e compatíveis com os seus princípios e, portanto, deseja iniciar tratativas com a ITAÚ SOCIAL e o CENPEC relacionadas à implementação do Projeto de Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa; (*ibidem*).

O documento conta com dez cláusulas. A primeira determina o objeto do instrumento “a conjugação de esforços entre os partícipes visando à realização de estudos destinados à concepção de estratégias para a implementação da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa

⁸ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/protoco_intencoes_olimpiada_portugues_19_04_2007.pdf. Acesso em:

⁹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/olimpport.html. Acesso em: 30 jun. 2019.

do Ministério da Educação”. A cláusula segunda fala do compromisso que os partícipes terão de assumir. Os recursos financeiros são tratados na terceira cláusula, em que diz:

O presente Protocolo de Intenções não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As dotações ou destinações de verbas específicas, por demandas ou projetos que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas na forma da lei, sempre por instrumento próprio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – As despesas necessárias à consecução do objeto deste instrumento serão assumidas pelos partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições, não podendo os partícipes, nada exigir um do outro (*ibidem*).

A quarta cláusula, da operacionalização do instrumento. Na quinta, o MEC reconhece que a propriedade de quaisquer direitos “pertencem exclusivamente à ITAÚ SOCIAL e/ou ao CENPEC” (*ibidem*). A cláusula de número seis coloca que a vigência do instrumento é de doze meses, podendo ser prorrogado. A sétima acorda que qualquer modificação deve ser feita de comum acordo entre os partícipes. Na cláusula oitava, sobre a rescisão do contrato. A nona coloca que a publicação do instrumento deverá ser feita no Diário Oficial da União e a última cláusula determina o Foro de Brasília “para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento” (*ibidem*).

Em cerimônia oficial no dia 19 de fevereiro de 2008, o Ministério da Educação, juntamente com a Fundação Itaú, lança nacionalmente o Programa Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

Desde a primeira edição, quando ainda se chamava “Prêmio Escrevendo o Futuro”, o projeto seguiu sua realização dividida em dois momentos: nos anos ímpares promovia formações para os professores, com cursos tanto presenciais como a distância e nos anos pares era a realização do concurso, o mesmo modelo foi adotado até o ano de 2017, ocorrendo uma pausa em sua realização no ano de 2018 para que o projeto fosse reelaborado, com previsão de retomada para o ano seguinte.

O tema em todas as modalidades e anos participantes sempre foi o mesmo “O Lugar Onde Vivo”. O tema pretende fazer o aluno perceber sua realidade e refletir, formulando questões sobre a sua atuação neste meio. Desta maneira, o discente é convidado a falar sobre aquilo que vive, a partir da posição que ocupa dentro de uma Formação Discursiva (FD) e seu texto apresentará as ideologias presentes nessa FD.

Segundo Pêcheux (1997, p.82), “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” [...] “o que funciona nos processos discursivos é uma série de

formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem feita por eles de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Tais imagens são formadas por meio de questionamentos como “quem ele é para que fale assim comigo?” ou “quem eu sou para falar assim?”. Essas são perguntas que o sujeito falante e o ouvinte vão se fazendo no momento de formulação do enunciado para encontrar o seu lugar de representação dentro da formação discursiva da qual enunciam. Isso só é possível porque estas formulações operam por meio da ideologia, e é a partir dessas formulações que os alunos irão significar seus textos.

Para a AD, toda fala é carregada de significados e esses significados carregam a ideologia do grupo do sujeito falante, mesmo sendo algo automático, no qual o sujeito faz sem perceber. Assim “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito). Então, um sujeito só pode produzir um discurso quando se identifica com dada FD.” (NARZETTI, 2018, p. 655).

Diante disto, o tema “O lugar onde vivo”, escolhido para o concurso, influencia a escrita do aluno, reforçando sua permanência, seu lugar de origem, uma vez que, ao pesquisar sobre assuntos relacionados a sua cidade, o estudante acreditará estar falando sobre algo novo, quando, na verdade, está apenas produzindo as ideologias da FD à que pertence.

Continuando a falar sobre a estrutura do POLPEF, ele desenvolve ações de formação de professores, a fim de alcançar o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de escrita dos estudantes brasileiros de escolas públicas. Para realizar essa formação, o programa usa diferentes recursos como cursos presenciais e on-line.

O POLPEF fornece, atualmente, pela plataforma digital, a revista “*Na ponta do Lápis*”, que fala sobre práticas pedagógicas, relatos de profissionais da educação e a última edição da Coleção da Olimpíada (Caderno do Professor), pequenos livros de orientação e apoio ao professor, organizados por gêneros para serem trabalhados com os alunos dentro sala de aula, incluindo a participação no planejamento de aula anual.

Existe também uma grande divulgação do POLPEF. É possível perceber que se procura investir em propagandas televisivas, sites, revistas, cartazes e panfletos enviados às escolas nos anos de realização do concurso. Por meio dessas mídias, tenta-se promover, incentivando professores e alunos a participar, alegando que, além de melhorar a prática pedagógica, os participante podem receber prêmios, se chegarem na final da competição.

2.3 Material de suporte

O Programa Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF) conta com duas plataformas digitais que tomamos como material de suporte. Elas são usadas para divulgar, arquivar informações antigas ou atuais do programa.

No site *Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro*¹⁰, no site do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)¹¹, pudemos ter acesso a muitas informações sobre a história do programa, como funciona o concurso, como se dá a formação dos professores e os materiais de apoio disponibilizado.

No site do POLPEF, encontramos os textos dos finalistas do concurso, recursos didáticos como jogos de aprendizado e passatempos. Vídeos, fotos, textos, falando sobre o projeto e o que falam sobre ele. Também as propagandas divulgadas na televisão, o acervo da revista “*Na ponta do lápis*” e a última edição da Coleção das Olimpíadas, nomeada aqui, como dito anteriormente, Caderno do Professor (CP).

Já o site do CENPEC trabalha com os arquivos mais antigos do programa, como o próprio nome do espaço sugere é um “Centro de referência e Memória”. Nele é possível encontrar as primeiras notícias sobre o concurso, fotos, cartazes de divulgação e os cadernos do professor, desde a primeira edição, entre outros inúmeros documentos.

Detemo-nos a esses espaços, pois deles retiramos os materiais de divulgação para a constituição do *corpus* e as informações sobre o POLPEF, para compreendermos as condições de produção que levaram tais materiais ser ditos da forma que são apresentados.

2.3.1 Cadernos do Professor: as mudanças ocorridas no material de apoio do POLPEF com o passar dos anos

Para fazer um estudo discursivo sobre os cadernos do professor, apresentamos a seguir o material de apoio utilizado pelo docente para execução do concurso e como se dá sua distribuição. Atemo-nos a descrever toda a estrutura dos livretos, como as informações contidas neles significam dentro da luta de classes, para depois focarmos na parte destinada à apresentação, que é nosso material de análise.

¹⁰ Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/>. Acesso em: 08 nov. 2018.

¹¹ Disponível em: <http://memoria.cenpec.org.br/index.php?mod=projetos.view.7&id=164&ordem=g>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Assim, citaremos trechos de documentos e dos próprios cadernos durante todo o capítulo para explicar de forma clara do que se trata o material e quais os objetivos levantados pelo Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF).

O programa oferece vários recursos para a formação do professor e um deles, acreditamos que o mais utilizado pelos educadores, é o Caderno do Professor, conjunto de três cadernos (pequenos livros), divididos cada um em um gênero textual, usados para auxiliar os professores a trabalhar com a preparação do POLPEF dentro da sala de aula, tendo basicamente a mesma função de um livro didático e, esse tipo de material tem

[...] caráter de mediação e cuja função sofre o processo de apagamento (como toda mediação) e passa de instrumento a objeto. Enquanto objeto, o material didático anula sua condição de mediador. O que interessa, então, não é saber utilizar o material didático para algo. Como objeto, ele se dá em si mesmo, e o que interessa é saber o material didático (como preencher espaços, fazer cruzinhas, ordenar sequências, etc). A reflexão é substituída pelo automatismo, porque, na realidade, saber o material didático é saber manipular. (ORLANDI, 1996, p. 22, *apud* SILVA 2017, p. 17)

Por aqui já começamos a compreender um dos pontos cruciais do POLPEF, oferecer algo novo, mas mantendo a mesma estrutura que já vem sendo aplicada nas salas de aulas, seria uma troca de materiais de apoio, em dias normais os professores usam os livros didáticos adotados pela escola e nos dias de execução do concurso usam o livro da coleção das olimpíadas, ambos fornecidos pelo governo, mediados por uma política pública de ensino.

O Caderno do Professor é disponibilizado pelo POLPEF desde a primeira edição. Inicialmente era nomeado de “*Kit Itaú de Criação de textos*”. Em um trecho retirado de um noticiário, disponibilizado no site do Cenpec, é anunciado o lançamento do Prêmio Itaú. Nele é descrito como irá funcionar o concurso e de qual maneira o material deve ser utilizado pelos professores:

Após a inscrição, a escola receberá do Cenpec o Kit Itaú de Criação de Textos, composto por três livros de orientação sobre as oficinas na sala de aula nas três modalidades (poesia, reportagem e texto de opinião), exemplos de cinco reportagens e cinco textos de opinião retirados de revistas de circulação nacional, folheto de orientação com o regulamento de participação e um manual para a condução do processo de desenvolvimento dos textos.

Ao receber o Kit, a escola deverá realizar uma Oficina de Escrita, com duração média de dez dias, dentro dos horários de aula [...]. (CENPEC, [s.d.])

Assim, a escola que se inscrevia para a participação recebia esse kit e os professores se organizavam para utilizá-lo e incluí-lo no conteúdo de suas aulas, procurando seguir as

instruções dadas pelos elaboradores. Desde o início do POLPEF, existem gestos que indicam a posição que o professor deve assumir diante da execução do concurso, havendo um deslocamento nas posições de poder, pois o professor deixa de ser o detentor do conhecimento, passando a assumir a posição exigida pelos organizadores. Como esclarece Megid (2016), no funcionamento da posição de poder que o material didático ocupa no discurso pedagógico, é possível ver outros discursos em funcionamento, como o papel do livro e da própria escrita na sociedade, estabilizando sentidos, contrapondo o papel da fala, com o poder de legitimação menor.

Nesses termos, quando o professor usa esse material em suas aulas, seu poder de fala dá espaço ao conteúdo que está no livro didático, não sendo ele mais o autor de suas ações e sim um reprodutor do que está dito ali. Por esse motivo, um dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) que mais influenciam no processo de dominação é a Escola, de acordo com Althusser (1974). Como a criança passa o maior tempo de sua vida neste ambiente, ali é enraizado o dever de saber qual o seu lugar no mundo, uma forma de já crescer instruída acerca da compreensão do porquê das divisões de classes.

[...] ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as ‘regras’ dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exactamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a ‘bem falar’, a ‘redigir bem’, o que significa exactamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a ‘mandar bem’, isto é, (solução ideal) a ‘falar bem’ aos operários, etc. (*ibidem*, p. 21, grifos do autor)

E o livro didático trabalha essa dominação de uma forma sutil, levando, muitas vezes, o professor a acreditar, atravessado pela ideologia de sua FD, que é dono de sua própria fala, enquanto repete sentidos já estabilizados pelo Estado. Segundo Rodrigues e Tafarello (2009), o aspecto principal da ideologia é de trabalhar o sujeito por meio do inconsciente, uma vez que o sujeito é dominado pelas suas práticas, originando seu discurso. De acordo com Narzetti (2018, p. 655) Pêcheux nomeia de esquecimentos:

[...] os sujeitos do discurso funcionam sobre a base da ilusão de que são a fonte do que dizem. Essa ilusão estaria ligada ao fato de que o sujeito é afetado por um duplo esquecimento (que, na verdade, é um desconhecimento) – o sujeito acredita ser a fonte do que diz, porque não sabe que: a) o que diz já foi dito antes; b) o que diz só faz sentido porque está em relação de paráfrase com um já dito antes e em outro lugar.

As escolas receberam o material impresso do Caderno do Professor até o ano de 2014, quando na 4ª edição do POLPEF foram lançados os Cadernos Virtuais, uma adaptação do Caderno do Professor para o suporte digital, no entanto adicionando diversos recursos multimídia como áudios, textos para projeção, vídeos e jogos. Em sua quinta edição, os CP's passaram a serem 100% digitais. Os primeiros professores que fizeram a inscrição receberam um CD contendo os CP's. Os conteúdos também estão disponíveis na plataforma digital do programa para os demais profissionais que tenham cadastro.

Quando ainda se chamava "*Kit Itaiú de criação de texto*", os gêneros trabalhados no POLPEF eram poesia, reportagem turística e texto de opinião, cada caderno recebia um nome específico: "*Poetas da escola*", "*Viagem pelas palavras*" e "*Pontos de vistas*," respectivamente. No ano de 2004, o gênero reportagem turística foi substituído pelo gênero memórias e assim o caderno recebeu um novo título: "*Se me lembro bem*". Em 2006, o kit passou por uma reformulação e essa mudança teve uma atenção especial na introdução dos cadernos.

Em 2008, quando o POLPEF se tornou política pública para educação, o "*Kit Itaiú de criação de texto*" passou a se chamar "*Coleção das Olimpíadas*", recebendo algumas alterações, mas mantendo o nome dos CP's. A partir dessa edição, é possível perceber um caráter mais político na parte das apresentações destinadas aos professores.

Como já dito anteriormente, as políticas públicas são medidas que o Estado toma para amenizar as desigualdades e, nas apresentações dos CP's da edição de 2008, esse objetivo vem bem explícito.

No ano de 2010, foi incluído o gênero textual crônica no POLPEF, tendo assim mais uma reelaboração dos CP's e um novo fascículo foi adicionado à coleção, recebendo o nome de: "*A ocasião faz o escritor*". Em 2014 e 2016, houve outras edições dos cadernos, porém mantendo sua estrutura principal, ressaltando que nos dois últimos anos ganharam uma versão virtual.

Todos os CP's são formados por uma série de textos que pretende auxiliar o professor em sala de aula, contendo conceito, exemplos do gênero trabalhado, dicas de metodologia, atividades a serem realizadas com os alunos para introduzi-los na produção dos textos, além de algumas dicas gramaticais. Também traz um texto inicial dirigido ao professor, como uma carta, em que se apresenta o programa e colocam os objetivos e expectativas dos resultados almejados pelo POLPEF.

Observando caderno a caderno, é possível perceber a preocupação do POLPEF com a parte destinada à apresentação, como ela foi crescendo, aumentando o número de páginas

reservadas a isso. Observamos que é nesse momento que o POLPEF fala diretamente com o professor, então é aqui que precisa convencê-lo a tomar a participação no concurso como prioridade, para poder colocar o sujeito-professor seguindo as ideologias do Estado e, por consequência, o sujeito-aluno irá seguir as mesmas ideologias. Para isso, o POLPEF busca apresentar objetos que significam na posição sujeito-professor, fazendo sentido dentro da sua formação discursiva.

Nesse sentido, como argumenta Megid (2016), a partir do momento que se determina a posição-sujeito discursiva, é colocado em movimento um ponto importante para os estudos da Análise de Discurso: linguagem-inconsciente-história. O professor e o aluno são sujeitos autor/leitor dos discursos produzidos em sala, sendo intermediadas suas relações, entre outras materialidades significantes, mas principalmente, pelo material didático. Com base nessa perspectiva, compreendemos que os CP's pretendem ser um veículo de comunicação do Estado com o ambiente escolar, no qual o professor se torna mediador das ideologias da classe dominante.

Por fim, podemos perceber que todos os CP's têm um aumento significativo de páginas de uma edição para outra, desde as instruções até o número de exemplos e exercícios, tanto é que o primeiro fascículo era formado por cerca de cinquenta páginas, enquanto o último tem mais de cento e cinquenta páginas.

2.3.2 Caderno por caderno: uma descrição detalhada do Caderno do Professor

Os Cadernos do Professor (CP's) oferecidos pelo Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF) nos interessam por ser eles o contato mais próximo do sujeito/professor e sujeito/aluno com o POLPEF, embora poucos sejam os alunos que conseguem chegar à final e vivenciar mais profundamente a experiência de participar do programa.

Por meio do conteúdo apresentado nos CP's, podemos perceber muitos dos posicionamentos ideológicos que atravessam os discursos produzidos pelos organizadores do POLPEF. Por esse motivo, faz-se pertinente fazer uma descrição detalhada desses livretos.

Como existem três CP's, cada um tratando de um gênero diferente, elegemos apenas um para realizar essas descrições: o CP da reportagem turística, primeiramente nomeado "*Viagem pelas palavras*", passando a gênero textual memória, recebendo o nome de "*Se me lembro bem*". Como vamos apontar as semelhanças e diferenças existentes entre as edições, esse CP nos pareceu mais interessante por conta da mudança no gênero.

A primeira edição do CP escolhido para constituir nosso material de análise teve como autora Eliana Gagliardi com Bacharelado e licenciatura em Filosofia e mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, em parceria com Heloisa Amaral, graduada em História, mestre em Educação. Nas edições seguintes, a pedagoga Anna Helena Altenfelder, mestre e doutora em Psicologia da Educação, juntamente com a psicopedagoga Regina Andrade Clara, foram as autoras dos fascículos. Porém, na edição de 2010, contou com a colaboração de Neide Almeida, socióloga e mestre em Linguística Aplicada ao Ensino.

O primeiro kit dos CP's foi lançado em 2002, apresentava apenas o slogan da Fundação Itaú Social e do Cenpec. O CP se inicia com uma carta ao professor, de duas páginas, com uma linguagem descontraída das autoras. Nele é apresentado quem são os organizadores e a proposta do projeto. Aborda-se a escolha do tema "O lugar onde vivo", os gêneros textuais escolhidos para a escrita dos textos e como esses gêneros vão atuar no tema. As autoras explicam a razão da elaboração de um projeto cuja pretensão é melhorar o ensino de leitura e escrita dos estudantes, além de mostrar que o concurso tem grande chance de dar certo pelo fato de que os alunos escreverão os textos com o intuito de serem publicados, portanto se esforçarão mais, uma vez que outras pessoas também lerão e não somente o professor, como é de costume nas práticas pedagógicas.

Sem muitas delongas, Gagliardi e Amaral (2002) explicam a metodologia, de modo que o caderno está organizado em três partes: a primeira traz algumas considerações sobre a reportagem turística, explicando o conceito, como se dá o trabalho do repórter, as características desse tipo de texto, o roteiro que deve ser seguido e sua linguagem específica.

Na segunda parte do CP de 2002 é trabalhada a prática, a metodologia a ser desenvolvida pelo professor nas etapas e oficinas de produção. Nessas duas partes, sempre há um recado para o professor, uma espécie de orientação. Na última parte, de apenas uma página, denominada "palavras quase finais", as autoras do livreto sugerem que os professores enriqueçam seu trabalho com outras leituras e dão dicas de livros utilizados na elaboração do caderno.

As autoras finalizam com exemplos de reportagens turísticas já publicadas em diferentes lugares do país. Nessa edição de 2002, o POLPEF ainda era uma ação realizada por uma instituição privada, nela é possível notar que não há um interesse muito grande de promover o programa, apenas explicam que se trata de uma ação que poderá melhorar a prática pedagógica e não há uma ficha bibliográfica.

Em 2006, o POLPEF começa a receber maior visibilidade, conseqüentemente, mais apoio, o que leva à uma reformulação do kit passou por uma reformulação. Em um trecho

retirado da apresentação do CP, observamos que as autoras começam a usar uma linguagem mais voltada para promoção do programa.

[...] aprimoramos o Kit com base nas experiências propiciadas durante o ano de 2004 e nos resultados das oficinas de Formação de Professores implementadas em 2005. Esse novo Kit é composto pelos fascículos Pontos de vista, Poetas da escola e se bem me lembro... e tem como objetivo orientá-los na realização de oficinas, disseminando práticas bem-sucedidas no ensino da escrita (CLARA; ALTENFELDER, 2006, p.02).

Além de ter uma apresentação mais elaborada, os CP's, depois de 2006, passam a ter ficha bibliográfica. As autoras dos fascículos escrevem sobre a abrangência do prêmio no país, usando frases enfáticas como “beneficiando cerca de 2 milhões de alunos”, com enunciados mais apelativos falam sobre o POLPEF, como podemos ver em um outro trecho, também retirado da mesma edição.

O Prêmio Escrevendo o Futuro é uma das ações do Programa Escrevendo o Futuro, que foi desenvolvido com base em um conjunto de atividades voltadas à melhoria da produção escrita nas escolas públicas brasileiras, uma vez que a conquista das habilidades de leitura e da escrita significa um determinante fator de inclusão social e de sucesso para os jovens cidadãos na vida cotidiana e no mercado de trabalho [...] (CLARA; ALTENFELDER, 2006, p.02).

Aqui podemos perceber que, mesmo ainda não se tratando de um programa do Estado, já traz traços de uma política pública, pois propõem ações voltadas para a melhoria do ensino, a fim de preparar os jovens para o mercado de trabalho, deixando evidente a questão de luta de classes, uma vez que a maioria dos alunos de escola pública são filhos de proletariados e futuramente seguirão o destino dos pais e precisam estar preparados.

Esse CP de 2006 fala minuciosamente do “*Prêmio Escrevendo o Futuro*”, com verbos quase sempre no imperativo como “devem conversar” e “siga as orientações”, apontando o que os professores devem fazer para poder participar do concurso e alcançar o objetivo maior, que não é o de ganhar o prêmio, mas contribuir para o crescimento intelectual do aluno. Vejamos na citação abaixo:

Como o envolvimento dos alunos é fundamental para a aprendizagem e para a produção de bons textos, logo de início você deve conversar com eles sobre o prêmio e escolher em conjunto com a turma um dos gêneros propostos: artigo de opinião, memórias ou poemas. Depois da escolha, siga as orientações do fascículo e faça todas as oficinas com a sua classe. A realização das oficinas garante aos alunos compreender melhor como devem proceder para escrever um texto para participar do Prêmio e, possivelmente, ganhar o concurso. [...] (CLARA; ALTENFELDER, 2006, p.03).

Mesmo que o objetivo das autoras do CP seja de promover o concurso e pareça já existir um silenciamento da luta de classes, percebemos que ainda não existe uma relação com a Língua de Estado (LE), pois, ao impor ao professor o que deve ou não fazer, causa uma estranheza e a LE trabalha com a sutileza do argumentar.

Continuando com a descrição do mesmo CP, as autoras explicam o que são os gêneros textuais e por que trabalhá-los, a importância de seguir a sequência didática na realização das oficinas. Depois dão o conceito de memória e como ele deve ser trabalhado dentro da proposta do POLPEF. Descrevem todas as atividades a ser realizadas nas oficinas e o objetivo a ser alcançado por cada uma delas. E, no restante do CP, vão explicando cada exercício a ser feito pelos alunos, dando dicas de atividades extras, trazendo exemplos. No final, apresenta os critérios de avaliação da comissão julgadora e a quantidade de pontos a ser atribuída a cada quesito julgado. Com o mesmo texto que encerra o CP da primeira edição este também é encerrado, dando dicas sobre leituras complementares. E, em anexo, traz mais exemplos do gênero memórias.

No ano de 2008, logo na introdução do CP, podemos ler a justificativa do Ministério da Educação em ter transformado o projeto da Fundação Itaú Social em Política Pública de Ensino. Segundo as autoras do CP, “o MEC encontrou no Programa Escrevendo o Futuro a metodologia adequada para realizar a Olimpíada – uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, idealizado para fortalecer a educação no país” (CLARA; ALTENFELDER, 2008).

Nessa edição, o CP passou por outra reformulação. Podemos compreender essa mudança como uma forma de se adequar à linguagem política, posto que as orientações contidas no CP não são mais colocadas como uma imposição, a apresentação vem com um tom motivador, apresentando o material como uma proposta a ser utilizada pelo professor para a melhoria da escrita dos alunos, juntamente com a proposta do tema “*O lugar onde vivo*”, realidade vivida pelos estudantes, a qual pode ser transformada, dando a eles um novo olhar. Na carta ao professor, as autoras usam uma linguagem incentivadora, para que os docentes possam praticar as atividades da coleção em suas aulas, como podemos ver a seguir:

Aparentemente é apenas um concurso de textos, mas, na realidade, a Olimpíada constitui uma estratégia de mobilização que oferece aos professores oportunidade de formação. Apostamos na ideia de que os professores possam vivenciar uma metodologia de ensino de língua que trabalha com gêneros textuais por meio de sequências didáticas (CLARA; ALTENFELDER, 2008, p.05).

Nos cadernos de 2008, já conseguimos identificar as marcas de uma propaganda política, que tem o poder de trabalhar por meio da psicologia, usando não só palavras, mas também sentimentos, ideias, imagens e gestos. E é aí que figura a Língua de Estado, articulada para agir e convencer, pois como nos revela Pêcheux (2016), ao citar um “militante pároco-de-plantão”, a propaganda procura saber o que se passa na cabeça das pessoas, a fim de poder tocá-las, convencê-las. Quando as autoras propõem, em vez impor, mostram que conhecem a posição que o sujeito-professor gosta de assumir, o de autoridade de sua sala e autônomo na preparação das aulas.

O CP 2008 segue o mesmo padrão da edição anterior, apresentando um conceito e depois explicando, dando dicas e exemplos de como elaborar o texto e chegar no final do concurso. As autoras também vão colocando em cada atividade realizada os objetivos, assim como nas outras edições colocam os critérios de avaliação para a comissão julgadora. Em seguida, mais exemplos de textos de memórias, dicas de leitura para o professor.

Por fim, Clara; Altenfelder (2008, p.84) apontam o papel da escola no ensino/aprendizado, o de “garantir a todos os alunos os saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Isso porque uma vida digna em sociedade pressupõe o domínio das competências de ler, escrever e refletir sobre a língua escrita”. E o aluno produz melhor quando ele sabe o que se espera dele. Para isso, mostram uma sequência didática a ser seguida para que o estudante tome esse conhecimento, significando as políticas públicas de ensino que devem oferecer condições em todos os níveis de ensino.

As últimas três edições do CP trazem a apresentação mais longa de todas, além da carta ao professor, bem parecida com a de 2008, em que se apresentam o modelo do concurso, o tema, os gêneros a ser trabalhados e o material didático ofertado para as aulas. Em seguida, as autoras fazem uma apresentação de oito páginas, com um texto mais detalhado sobre os objetivos do POLPEF e o motivo pelo qual esses objetivos foram elaborados, cada vez mais trabalhando a questão da divulgação, tentando convencer de que se trata de um programa capaz de resolver os problemas de leitura e escrita enfrentados na sala de aula.

Na apresentação, Clara, Altenfelder e Almeida (2016) começam falando que os cadernos são escritos para os professores, razão pela qual é feito um trabalho com diversos pesquisadores, como por exemplo, o espanhol, Doutor em Ciências da Educação, Professor Joaquim Dolz, cuja bibliografia é apresentada pelas autoras:

Atualmente, é professor de didática de línguas da Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade de Genebra (Suíça). Em sua trajetória de docência, pesquisa e intervenção, tem se dedicado sobretudo à

didática de línguas e à formação de professores. desde o início dos anos 1990 é colaborador do Departamento de Instrução Pública de Genebra, atuando notadamente na elaboração de planos de ensino, ferramentas didáticas e formação de professores (CLARA; ALTENFELDER; ALMEIDA, 2016, p. 08).

Em seguida, Clara, Altenfelder e Almeida trazem um texto escrito por Dolz sobre a Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP). Nesse texto, o professor espanhol fala sobre os jogos olímpicos, os quais, quando surgiram, tinham a intenção de homenagear os deuses gregos, promover a igualdade social e democrática nos esportes, apontando o POLPEF com os mesmo objetivos desses jogos.

Vejamos, então, alguns trechos do texto escrito por Dolz, a fim de verificar o modo como ele descreve a olimpíada e como ele vê o sujeito-professor e o sujeito-aluno dentro desse processo de aprendizagem.

Os organizadores da Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, imbuídos desses mesmos ideais desportivos, elaboraram um programa para o enfrentamento do fracasso escolar decorrente das dificuldades do ensino de leitura e de escrita no Brasil. Ao fazer isso, não imaginaram que, alguns anos depois, a cidade do Rio de Janeiro seria eleita sede das Olimpíadas de 2016. Enquanto se espera que os jogos olímpicos impulsionem a prática dos esportes, a Olimpíada de Língua Portuguesa também tem objetivos ambiciosos. (DOLZ, 2016, p.09)

Quanto aos objetivos ambiciosos mencionados pelo professor, trata-se da democratização da língua portuguesa, reduzir o “iletrismo” e o fracasso escolar, além de contribuir com a melhoria do ensino e a formação dos professores. Para que esses objetivos sejam alcançados, há a necessidade de se seguir alguns passos, primeiramente colocando que ler e escrever deve ser uma prioridade da escola.

Segundo Dolz (2016, p.10), “são duas aprendizagens essenciais de todo o sistema da instrução pública. Um cidadão que não tenha essas duas habilidades está condenado ao fracasso escolar e à exclusão social [...]”, por isso a importância do POLPEF, uma vez que ele promove alternativas para os alunos melhorarem as habilidades de escrita e leitura.

Para atribuir maior credibilidade ao POLPEF, Clara; Altenfelder; Almeida (2016) passam a citar um estudioso da área da educação e a opinião dele sobre o programa. Não basta mais as palavras dos organizadores do POLPEF, a divulgação precisa alcançar outros níveis, tornando-se, assim, mais convincente.

Para Pêcheux (2016), existem alguns sujeitos da classe trabalhadora que não se deixam influenciar pelas estratégias políticas e lutam contra, mas, como alerta o estudioso, é

apenas uma “minoria ativista” nas costas de noventa por cento de “passivos”. As propagandas políticas são pensadas muito estrategicamente para manipular as massas e fazer com que tudo permaneça como sempre é, o Estado dominando a população.

A arte de anestesiá-las resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente (*ibidem*, p. 91).

Toda essa luta da classe dominante contra o proletariado e o desejo de permanência no poder é advinda da luta de classes e, quando nos embasamos na teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado de Althusser (1974), verificamos que os AIE, quando bem trabalhados, podem servir de lugar de luta, embora muitas vezes não aconteça, pois:

[...] todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas (*ibidem*, p. 62).

Como já sabemos, trata-se de um programa elaborado pelo Estado, detentor do poder, para a população, sabemos também a vontade de permanência dos governantes no poder, portanto programas como POLPEF estão atravessados pelas ideologias de luta de classes, que vão produzir sentidos nos participantes.

No texto de Dolz, compreendemos que, para ele, cabe ao professor incentivar o aluno a ler os mais variados tipos de textos, desenvolvendo uma maturidade no processo de comunicação, adaptando-se às diversas situações de comunicações. Ele coloca a importância de escrever, pois é assim que se aprende a escrever; mesmo o aluno não trabalhando na área da linguagem futuramente, é primordial que ele escreva bem, para adaptar-se ao mercado e ainda auxiliá-lo nas reflexões do dia-a-dia.

O professor espanhol descreve o POLPEF como um estímulo ao aluno, enquanto o docente deve aproveitar essa motivação para melhorar a prática de leitura e escrita em sala de aula. Para isso, deve seguir a sequência didática oferecida pelo CP's do POLPEF. Dolz finaliza parabenizando o POLPEF, chamando-o de “chama da esperança”, como podemos ver no trecho abaixo:

Que a chama olímpica contra o “iletrismo” percorra esse vasto e magnífico país que é o Brasil. Ensinar a escrever é uma tarefa nobre e complexa que merece o maior dos reconhecimentos sociais.
Nos antigos jogos olímpicos, a chama olímpica se mantinha acesa diante do altar do deus Zeus durante toda a competição. Que a chama da esperança do

acesso à leitura e à escrita não se apague. Essa competição todos nós podemos e devemos ganhar! (DOLZ, 2016, p. 15)

Nesse trecho, Dolz chama a atenção para a defasagem sofrida pela educação brasileira, no que diz respeito ao ensino da língua. Como vimos no início do capítulo, trata-se de uma questão histórica prolongada com os anos, mas Dolz defende que o POLPEF pode ajudar a melhorar esse *déficit*.

Quanto ao restante, o CP de 2016 é bem parecido com as edições anteriores, ou seja, faz uma introdução ao gênero, dá exemplos de textos, sugere atividades e um roteiro a seguir até a produção do texto final. Clara, Altenfelder e Almeida (2016) também apresentam os critérios de avaliação para a comissão julgadora e as referências bibliográficas.

Diante das discussões realizadas até aqui, podemos perceber que os CP's são usados como um veículo de propaganda, uma vez que as autoras desses livretos estão a todo instante elogiando a eficácia do POLPEF. Esse *marketing* é destinado a quem precisa mediar o processo entre execução e participação, ou seja, o professor, portanto precisa primeiro significar nele enquanto educador, para que ele possa participar. Depois estabelecem sua posição-sujeito por meio do material didático.

2.3.3 A propaganda televisiva de 2016

Outro material utilizado para análise foi a propaganda divulgada na televisão, no ano de 2016. Consideramos um material importante para nossa pesquisa, pelo fato de que ela tem a capacidade de alcançar um grande público, pois como afirma Orlandi (2012, p. 179):

[...] uma das coisas que impressionam quando se fala de TV é a profusão de seus meios. O mais espetacular deles é o alcance, isto é, a possibilidade de atingir instantaneamente milhões de espectadores. Ou seja, o que impressiona é a capacidade de circulação em meio a uma grande massa heterogênea de sujeitos.

Embora o texto da propaganda de 2016, em grande parte, dirija-se ao professor, por ser divulgado na televisão, o vídeo faz com que a população conheça as ações promovidas pelo Estado e possa cobrar da escola que o POLPEF seja aplicado e ainda questionar, caso haja um fracasso no ensino de escrita e leitura, aumentando o êxito do programa, uma vez que dados estatísticos são muito importantes, ou seja, quanto maior o número de participantes mais visibilidade o POLPEF terá.

Descrevemos a propaganda de uma forma geral, desde as imagens até a fala, para ter uma visão mais ampla da pretensão dos divulgadores. Mas, tomaremos como material de análise somente o texto que representa a fala do narrador.

A propaganda divulgada na mídia, além do texto que fala positivamente sobre o POLPEF, afirmando melhorar a qualidade nas aulas de leitura e escrita, traz imagens de professores no ambiente escolar, trabalhando com os materiais didáticos fornecidos pelo programa.

A primeira cena mostra uma escola, com características de uma cidade que parece ser do interior do Brasil. Uma sala de aula com doze alunos assistindo um vídeo na televisão e, em seguida, estes mesmos alunos com os cadernos de estudos do POLPEF em mãos.

Na segunda cena, outra escola, desta vez parecendo ser de uma cidade grande. Uma professora com um notebook na mão e vinte e cinco alunos sentados em círculo no chão do pátio da escola, todos segurando o material de apoio, prestando atenção no computador que está na mão da professora.

E, por último, uma terceira escola, também parecendo ser de um grande centro, a professora provavelmente no laboratório de informática, com cerca de dezesseis alunos sentados em dupla na frente do computador, com fones de ouvido, utilizando o material digital oferecido pelo POLPEF. Enquanto estas imagens vão passando, o narrador vai falando sobre a importância da participação das escolas no POLPEF. O texto é o seguinte:

A escrita dá voz a todos e transforma a realidade onde vivemos. Do lugar de cada um, construímos o saber de todos nós. A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro propõe uma metodologia para o professor ensinar seus alunos escreverem cada vez melhor. Professor de escola Pública inscreva-se e utilize a coleção da Olimpíada para tornar suas aulas mais interessantes. (BRASIL, 2016)

Como dito, foi na fala que concentramos nossa análise em relação a esta propaganda, pois é por meio da linguagem que vamos verificar qual a visão que os organizadores do POLPEF têm sobre as lutas de classes, da posição sujeito/professor e do sujeito/aluno.

A descrição das imagens se faz necessária por ela ser um complemento às palavras do narrador, uma vez que mostram três escolas diferentes (representando realidades diferentes), professores trabalhando com os CP's de maneiras distintas, passando ao espectador a ideia de que é possível se preparar para o concurso e ainda melhorar a qualidade de ensino independentemente de qual seja a realidade da escola, e, para isso, como fala o narrador, basta o professor usar a "*Coleção das Olimpíadas*" em suas aulas.

No entanto, é possível perceber nas imagens que, embora sejam três escolas com realidades diferentes, todas estão longe de serem precárias, como é a realidade de muitas em nosso país. Estas unidades apresentadas na propaganda têm uma infraestrutura muito boa, com equipamentos eletrônicos, carteiras adequadas e o mais importante uma pequena quantidade de aluno, possibilitando ao professor fazer um atendimento mais individualizado.

Um dado importante para a pesquisa é que o kit de CP's é disponibilizado em pequenas quantidades para as escolas, sendo um tanto improvável os alunos usarem o material individualmente, como representado no vídeo.

Escolas bem equipadas, quantidade adequada de alunos, local seguro, material didático para todos os estudantes, o Ministério da Educação, juntamente com os outros organizadores, pretende passar uma imagem de educação pública idealizada pela população, típico da propaganda política. Quer mostrar à população que a educação de nosso país recebe bons investimentos e um deles é o Programa Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF).

[...] a educação brasileira tem sido atravessada por políticas sociais que apresentam um caráter focal, imbuídas de ações afirmativas carregadas do tom assistencialista, representadas por programas emergenciais, com a promessa de inclusão social e igualdade de condições, porém a tendência é apenas minorar essas deficiências demarcando novos focos de exclusão. O discurso de igualdade de oportunidades tem como objetivo garantir um pacto social nas relações sociais. Consequentemente a educação se transforma num mecanismo de reprodução social, uma forma de manter a ordem social em prol da máquina capitalista (NATIVIDADE; SILVA, 2013, p. 3).

Nessa perspectiva, podemos observar a relação entre a estrutura montada pela sociedade capitalista, por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, com a capacidade de influência que a “Língua de Estado”, usada nas propagandas políticas destinadas a maioria da população, de modo que a dominação fica cada dia mais forte por parte do Estado, situação em que a “minoría ativista” (PÊCHEUX, 2016) não tem força para reverter.

Ações desenvolvidas por meio de políticas públicas de ensino têm se tornado um caminho viável e eficaz para disseminação da propaganda política e, consequentemente, para a dominação do Estado. Como aponta Althusser (1974, p. 31), o “Estado é uma ‘máquina’ de repressão que, permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)”.

Porém, os AIE trabalham essa repressão por meio da ideologia, e não pela violência. E a relação entre a Língua de Estado e os Aparelhos Ideológicos do Estado pode ser estabelecida a partir de dois pontos: i) os governantes precisam ter um discurso convincente para se manterem no poder. Por meio da propaganda, encontraram uma forma de silenciar as questões de luta de classe e evitar as revoluções; ii) Tendo a sociedade capitalista os Aparelhos ideológicos do Estado como base para proliferação de seu discurso, a Língua de Estado pode ser trabalhada com mais eficácia nesses espaços. E os AIE escolar, onde é executado o POLPEF, torna-se um ambiente propício para a LE se manifestar.

CAPÍTULO III

A LÍNGUA DE ESTADO NOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DAS OLIMPÍADAS

Neste capítulo, analisamos o *corpus*, buscando compreender os discursos produzidos pelo Estado brasileiro nos materiais de divulgação do Programa Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF). Pelo viés da teoria da Análise de Discurso, realizamos gestos de interpretação para compreendermos o funcionamento desses discursos, observando como os organizadores do POLPEF usam a Língua de Estado em suas propagandas e qual posição o sujeito-professor e o sujeito-aluno é esperada por eles.

Separamos e organizamos o material de análise em recortes, pois a pesquisa busca trazer à tona a maneira como os produtores do POLPEF compreendem as questões de lutas de classes, observando a posição dos sujeitos que utilizam o material de apoio fornecido pelo programa.

Os enunciados foram selecionados tendo em vista os objetivos de analisar se nos materiais de divulgação do POLPEF são silenciados sentidos de luta de classes e identificar se os organizadores do programa utilizam-se da Língua de Estado nos materiais de divulgação, compreendendo a produção de sentidos que o Estado faz circular sobre o sujeito/professor e sujeito/aluno, diante da proposta de formação e trabalho a eles destinada. Além disso, procura conceituar e descrever caminhos que levaram o discurso do POLPEF a ser produzido de uma forma e não de outra.

A organização dos enunciados selecionados foi feita por meio das repetições de palavras e de assuntos. Primeiramente, organizamos os recortes em sequências discursivas (SD), diferenciando o material entre Propaganda de Televisão e Caderno do Professor (CP). Dividimos esse material em duas categorias, uma quando o CP foi publicado como um programa de instituição privada e outra quando os CP's passaram a ser uma política pública.

Para identificar essas diferenças durante as análises, fez-se necessário o uso de siglas, vejamos:

- TV: utilizamos a sigla para os recortes que fazem referência à Propaganda de Televisão;
- CP: quando nos referirmos a recortes retirados do caderno do professor;
- CPPR: para os cadernos do professor de publicação feita por órgão privado;

- CPPB: referindo-se aos cadernos que foram publicados, após o programa se tornar uma ação do Estado.

Os números como 01, 02, e assim por diante, estão na frente das siglas referentes aos cadernos indicando a edição, por exemplo, CPPR_01_SD1 quer dizer que se trata do caderno do professor quando o programa ainda era uma ação da instituição privada e estava na sua primeira edição e pertence à sequência discursiva de número um.

Dividimos a análise em recortes discursivos, porque verificamos que os discursos dos organizadores do programa se relacionam por meio das repetições de palavras e assuntos em comum, existentes nas sequências discursivas. Dessa forma, pudemos direcionar as análises de acordo com o foco de cada objetivo da pesquisa. Assim, organizamos nossa análise em três recortes discursivos:

- Recorte 1- Lugar, transformação e futuro – discurso sobre a luta de classes por meio da Língua de Estado
- Recorte 2- Professor – discurso sobre a posição sujeito-professor
- Recorte 3 – Aluno – discurso sobre a posição sujeito-aluno

Segundo Silva (2017), “as sequências discursivas correspondem à manifestação dos sujeitos da pesquisa que se constitui no domínio do interdiscurso e de diferentes efeitos de sentidos dentro de um mesmo recorte.” Com esta perspectiva, analisamos o trabalho da ideologia da classe dominante em relação ao discurso produzido pelo POLPEF, observando como o contexto histórico-social afeta os dizeres e constitui os sujeitos.

Na primeira análise, buscamos compreender como se dá o discurso dos organizadores do programa. Para isso, verificamos as condições de produção em que os discursos foram produzidos, como eles se constituem por meio da memória e o modo que significam por meio do uso da Língua de Estado.

3.1 Recorte 1 (Lugar, transformação e futuro): discurso sobre a luta de classes por meio da Língua de Estado

Como falamos anteriormente, a Língua de Estado (Pêcheux 2016) utiliza-se de uma série de estratégias em propagandas políticas, na qual o Estado tenta silenciar a luta de classes, evitar revoltas e manter o poder.

Para analisar tal processo, organizamos as sequências discursivas recortadas de nosso *corpus*, observando os diversos modos em que a Língua de Estado se apresenta na

discursividade da propaganda de televisão do POLPEF e nos Cadernos do Professor. Vejamos!

TV_SD1

*A escrita dá voz a todos e **transforma a realidade** onde vivemos.*

TV_SD2

*Do **lugar** de cada um construímos o saber de todos nós.*

CPPR_01_SD3

*O que se espera é que escrevam poemas, reportagens sobre o **lugar** onde vivem ou textos de opinião que revelem o ponto de vista deles sobre o tema tratado.*

CPPR_01_SD4

*O **lugar** onde cada um de nós vive é, sem dúvida, o **lugar** mais importante da vida de cada um, pois é aí que vivemos, que estamos, que atuamos, que sonhamos, que **preparamos o futuro**.*

CPPR_01_SD5

*Mais do que focar os olhos para o que já é conhecido por todos, o professor poderá chamar seus alunos a colocar seus olhares em **lugares**, pessoas e acontecimentos nunca ou pouco vistos.*

CPPB_05_SD6

*O tema do concurso é “O **lugar** onde vivo”.*

As seis sequências discursivas dos materiais de divulgação correspondem à propaganda governamental, tanto a veiculada na televisão quanto a de acesso restrito ao professor (os Cadernos do Professor), as quais produzem sentidos de dominação.

Nas formulações em destaque, percebemos a repetição da palavra “lugar” e expressões que falam sobre a oportunidade de um futuro melhor. Com as análises das SD’s, pudemos compreender que o modo como esses enunciados significam, enquanto política pública para educação, garante legitimidade ao discurso do Estado.

Para melhor compreendermos a relação entre a escola e a dominação do Estado, selecionamos a sequência discursiva TV_SD1: “a escrita dá voz a todos e transforma a realidade onde vivemos”. Nela, o enunciador da propaganda, representando a voz do Estado, indica a cristalização dos sentidos que são reproduzidos em nossa sociedade, ou seja, de que cada indivíduo tem uma posição social já estabelecida, segundo sua classe social, mas podendo ser transformada por meio da educação. No entanto,

Por seu lado, as políticas públicas distinguem as posições-sujeito em suas práticas sociais, pelo corpo, pela situação econômica e social, pela localização geográfica. Disto resulta que a educação torna-se só uma questão de capacitação, de treinamento para adaptar os sujeitos a estas divisões, sem,

no entanto, desorganizar os seus modos de discriminação (ORLANDI, 2015, p. 194)

Nessa direção, compreendemos que as políticas públicas para a educação são pensadas no formato de uma sociedade capitalista. Segundo Orlandi (2010, p. 13), há duas formas de pensar a sociedade capitalista, uma vertical, em que na “sociedade de classes – em que há uma ilusão na relação inclusão/exclusão, de que o sujeito pode galgar (subir na vida) [...], ou seja, há a possibilidade de enriquecimento (por exemplo pela educação, pela disciplina e competência, pelo esforço próprio etc.)”; Já na forma horizontal, representada pelas relações de lugares, “aí o sujeito ou está dentro - tem sua colocação, seu lugar – ou está fora. Não é mais o paradigma da inclusão/exclusão mas o da segregação. Não há a ilusão de possibilidade de ascensão vertical. Há uma luta heroica do sujeito para ter um lugar qualquer” (ORLANDO, 2010, p. 13).

Nesse sentido, o POLPEF pode ser compreendido como uma oportunidade do espaço vertical, que significa a ilusão na relação inclusão/exclusão, uma vez que oferece a possibilidade de transformação por meio da escrita. Mas, pensando esse funcionamento na relação com as políticas públicas de ensino, ele pode significar de outra maneira, pois essas políticas estão mais voltadas para a preparação de mão de obra qualificada do que para ascensão vertical de classes. Assim, o programa produz um discurso de inclusão, no entanto o sentido de exclusão é que vai significar nele. Para Natividade; Silva (2013, p. 4), a

Inclusão convoca a ideia de inserção, de participação, numa relação de igualdade para proporcionar a impressão de coesão e unidade. Nesse contexto, são frequentes as expressões: “transformação social”, “responsabilidade social” “democratização de acessos”. No entanto, são estratégias de convencimento que obscurecem determinadas intenções, são modos de coagir o senso comum formando uma nova mentalidade societária.

Orlandi (2009, p. 22) afirma que “a escola tem a função de dissimulação: apresenta hierarquias sociais e a reprodução dessa como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos ou competências e não como hierarquia fundada na afirmação brutal de relações de força”, levando-nos a compreender que os discursos do POLPEF se sustentam por meio de já ditos de algumas teorias, produzindo efeitos de sentidos de que os programas desenvolvidos pelo Estado são uma forma de ajudar a amenizar as desigualdades existentes, garantindo sua execução.

São sentidos pautados nas visões de uma sociedade capitalista, assim podemos conferir que temos aqui questões de luta de classes, portanto, de cunho ideológico, já que a

propaganda em questão é produzida pelo Estado, que produz sentidos para permanecer no poder, significando o POLPEF como uma ação desenvolvida para que a classe trabalhadora melhore de vida.

Ainda na SD TV_SD1, no enunciado “a escrita dá voz a todos”, podemos compreender que a propaganda pretende também trabalhar por meio do esquecimento (Pêcheux, 1997), uma vez que o sujeito-aluno, filho do sujeito-trabalhador, influenciado pela família e pela a escola a participar do concurso, escreverá na ilusão de ser autor do seu dizer, que falará por meio de sua voz, quando, na verdade, reproduzirá pré-construídos determinados pelo lugar social que ocupa.

Pêcheux (2016) afirma que a propaganda tem que tocar o interlocutor por meio de sentimentos, levando em conta o que ele pensa e seus desejos. A propaganda do POLPEF funciona nesta perspectiva, pois o senso comum aponta que um dos principais objetivos da classe trabalhadora, que é a maior parte que o POLPEF alcança, é o de mudar sua realidade, ascender financeiramente. Quando a propaganda da Olimpíada diz que “a escrita dá voz a todos”, afirmando que a voz do sujeito-aluno será ouvida por meio da participação do concurso, ativará no participante redes de sentidos que significam nele enquanto filho de proletariado que quer ter voz.

Pêcheux (2016) observa que é preciso se adequar a vontade do ouvinte para que ele se adequa à vontade do falante. É nesse movimento que o Estado segue para produzir os discursos nos materiais de divulgação do POLPEF, ajusta-se à vontade do sujeito-proletariado interpelado pela ideologia de mudar sua realidade, propondo uma transformação por meio da qualidade na escrita e ajusta o proletariado à vontade do Estado, que é o de manter cada classe em seu lugar. O Estado utiliza, então, o discurso educacional para produzir sentido, posto que

O discurso educacional transita entre o quantitativo - os elementos que norteiam a democratização de acessos à escola permeada pelos dados estatísticos, e o qualitativo que define o padrão desse ensino. Por outro lado, o termo “qualitativo” sofre contradições. É um discurso reproduzido nas campanhas políticas cuja intenção é pacificar a sociedade num conjunto de paliativos (NATIVIDADE; SILVA, 2013, p. 2).

Esses ajustamentos compreendem uma forma de o Estado manter o sistema de dominação, visto que, de acordo com Althusser (1974, p. 36), “Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de fracções de classes.”

Na SD CDPB_05_SD6, o tema do concurso é “O lugar onde vivo”. Assim, para que o aluno escreva o texto para o concurso, deverá seguir as instruções dadas pelo professor (que segue as orientações dadas pelo POLPEF). Nessa ordem, o aluno pesquisará sobre pontos positivos da história da sua cidade, entrevistará moradores pioneiros, tirará fotos das áreas de lazer ou pontos turísticos, fazendo uma leitura da cidade, realizando gestos de interpretação e filiando-se às memórias discursivas do lugar. Como aponta Orlandi (2003, p. 20):

O sujeito, para fazer sentido, entra em um certo discurso, ou em discursos que constituem processos discursivos. É assim que ele se filia à memória discursiva. Por filiação e não por aprendizagem. Aí é que ele se situa em relação aos diferentes sentidos. O gesto de interpretação já vem carregado dessa filiação. Ele já tem sempre uma história. Não se dá fora do mundo. É o mundo que se constitui na consciência desse sujeito.

Com isso, compreendemos que os organizadores do POLPEF querem que o sujeito-aluno, ao seguir as regras do concurso, comece a ver sua cidade por meio de filiação de sentidos, ativando sentidos já estabilizados por meio da historicidade. Mesmo que o sujeito-aluno não tenha participado dessa parte da história da cidade, ao pesquisar sobre ela, a história irá significar nele, por se tratar de uma pesquisa feita na FD a que esse aluno pertence, dando sentido e legitimidade ao seu texto.

Olhando para a SD TV_SD2, “Do lugar de cada um construímos o saber de todos nós”, a vontade de permanência no poder por parte do Estado atravessa o discurso produzido aqui. O enunciado “do lugar de cada um” remete às formações ideológicas (Pêcheux, 1997), levando o sujeito a questionar-se quem ele é para que alguém o fale de tal forma ou quem é ele para que fale assim.

As formas “do lugar de cada um”, ainda que inconsciente, podem produzir efeitos de sentido de buscar sua relação com a sociedade, levando o sujeito a analisar quem ele é, e qual o lugar que ele ocupa dentro da sociedade em que vive. Afinal, é desse lugar que o POLPEF pede que o aluno escreva, produzindo o sentido de permanência. Segundo Orlandi (2015, p. 189), as relações sociais “no sistema capitalista, não só produzem a divisão como a dissimetria, a hierarquização, face ao sentido e ao modo de se significar o sujeito dependendo, assim, das condições em que são produzidos: quem produz, para quem produz, em que situação”.

Em CDPR_01_SD3, eles apontam que “o que se espera é que escrevam [...] que revelem o ponto de vista deles sobre o tema tratado”, ou seja, os alunos vão falar daquilo que já está dito e registrado no inconsciente por meio da memória discursiva.

Na sequência discursiva CDPR_01_SD5, “mais do que focar os olhos para o que já é conhecido por todos, o professor poderá chamar seus alunos a colocar seus olhares em lugares, pessoas e acontecimentos nunca ou pouco vistos” também podemos ver o sentido de permanência funcionar, uma vez que o sujeito-aluno precisa valorizar o que ainda não tinha sido valorizado pela sociedade.

Se focarmos no substantivo masculino *lugar*, na propaganda, esta forma refere-se à localidade (cidade/bairro) do estudante, mas, por meio do processo parafrástico, podemos atribuir significados outros a ela, pois as condições de produção contribuem por produzir efeitos de sentidos que indiquem permanência do sujeito em local de origem, sua classe social, sem que haja ascensão, já que *cidade* remete a algo fixo, que não muda de lugar.

Nesse sentido, consideramos algumas possíveis paráfrases com o enunciado “do lugar de cada um”. Vejamos:

1. Do lugar de filho do empregado
ou
2. Do lugar classe trabalhadora
e
3. Da posição de morador de periferia
ou também
4. Da situação de retirante (que não tem uma morada fixa por muito tempo)

Ou seja, quando o sujeito-aluno for fazer sua pesquisa do tema para escrever seu texto, ele se identificará com o discurso da FD que o domina e se realizará como sujeito. Desse modo, uma vez interpelado pela ideologia da FD dominante (PÊCHEUX, 1997), ele vai encontrar qual o lugar pertence a ele na sociedade e no qual ele é pertencente.

Há simbolização das relações de poder, que administram a sociedade, e desse modo investe-se na atribuição de valores às diferenças. Tudo envolvido por formações imaginárias, relações de força, relações de sentidos e efeitos da memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que funciona como uma rede estruturada pelo esquecimento (ORLANDI, 2015, p. 189).

O Estado não quer que ele fale do lugar do outro, não pretende que ele investigue grandes casos de sucesso, é um tema que visa à valorização do seu espaço, da aceitação da sua posição social, fatos que vão significar no estudante enquanto sujeito que faz parte da

realidade que está pesquisando. Assim, compreendemos que o discurso do Estado divulgado através do POLPEF produz efeitos de silenciamentos, pois

No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial. Não vivemos o mundo pensado pelo Iluminismo e tampouco suas ideias permanecem como então. São outras as condições de existência, é outra a ideologia, é outra a representação do sistema de ideias que aí funcionam, o imaginário (ORLANDI, 2014, p. 31).

Com as análises, vimos que o discurso da propaganda política se materializa na LE e na busca incessante pelo poder, já que a história aponta que a busca pelo poder está enraizada na sociedade e rege nosso sistema político.

3.2 Recorte 2 (professor): discurso sobre a posição sujeito-professor

Nesse segundo recorte, selecionamos sequências discursivas que apresentam a palavra professor, os momentos em que os organizados do POLPEF referenciam os educadores em seu discurso, como a posição sujeito-professor é vista por eles e quais as pretensões de envolvê-los tão intensamente no programa. Queríamos compreender como que o programa vê o papel do professor em sala de aula e como sua colaboração pode ou não ser essencial para a execução do POLPEF.

Como podemos notar nas sequências discursivas a seguir, colocamos em negrito a palavra professor, para dar destaque ao que será analisado nesse recorte, a posição sujeito-professor.

TV_SD9

*A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o futuro propõe uma metodologia para o **professor** ensinar seus alunos escreverem cada vez melhor. **Professor** de escola Pública inscreva-se e utilize a coleção da Olimpíada para tornar suas aulas mais interessantes.*

CDPR_01_SD10

*Vocês, **professores**, tanto quanto nós, organizadores do Prêmio e autores deste material de apoio, somos mediadores cuja tarefa maior é contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira.*

CDPR_01_SD11

*Mais do que focar os olhos para o que já é conhecido por todos, o **professor** poderá chamar seus alunos a colocar seus olhares em lugares, pessoas e acontecimentos nunca ou pouco vistos.*

CDPR_03_SD12

(Professor) Siga as orientações do fascículo e faça todas as oficinas com a sua classe. A realização das oficinas garante aos alunos compreender melhor como devem proceder para escrever um texto para participar do Prêmio e, possivelmente, ganhar o concurso.

CDPB_05_SD13

*Para que os alunos dos vários cantos do Brasil produzam textos de qualidade é fundamental a participação e o envolvimento dos **professores**, contando com o apoio da direção da escola, dos pais e da comunidade.*

CDPB_06_SD14

Aparentemente é apenas um concurso de textos, mas, na realidade, a Olimpíada constitui uma estratégia de mobilização que oferece aos professores oportunidade de formação.

Para Tafarello (2007, p.17), “o sujeito não é um indivíduo e sim um lugar – lugar de enunciação, posição privilegiada marcada pela articulação entre língua e história.” e está atravessado por formações ideológicas que se apresentam em uma formação discursiva dada, portanto assujeitado pela ideologia advinda da história e da língua. Na sociedade atual, trata-se de um sujeito que, ao mesmo tempo que é livre, é também submisso, “pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la” (ORLANDI, 2010, p. 50), o que podemos chamar assujeitamento.

Nesse sentido, o indivíduo, quando recebe uma formação profissional e depois assume uma sala de aula, é interpelado em sujeito pelas ideologias da FD que ele passa a pertencer, tornando-se, assim, sujeito-professor, assujeitando-se à posição que ocupa dentro desse espaço discursivo.

Como professor, o sujeito se impõe como autoridade no seu ambiente de trabalho, será ele que irá determinar o que será lido, estudado e executado por seus alunos, por meio de seus planejamentos e projetos, assumindo, assim, um discurso autoritário (pedagógico).

Para compreendermos os tipos de discurso no contexto em análise, recorreremos à Orlandi (2009, p.15-16), para destacar três tipos de discurso abordados pela pesquisadora:

O discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamamos de *polissemia aberta* (o exagero é o *non-sense*). O discurso polêmico mantém a presença de seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na *polissemia controlada* (o exagero é a injúria). No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na *polissemia contida* (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando. Esse discurso recusa outra forma de ser se não a linguagem. (grifos da autora)

Segundo Orlandi (2009), o discurso do sujeito-professor na escola, o discurso pedagógico (DP), insere-se no tipo de discurso autoritário, uma vez que o professor ensina, “inculca” ciência no aluno. Para autora, o DP funciona como um discurso de poder, em que o professor influencia o aluno.

O professor se apropria do papel de cientista e se confunde com ele sem deixar explícito a sua voz de mediador. “Há aí um apagamento, isto é, apaga-se o modo pelo qual o professor apropria-se do conhecimento do cientista, tornando-se ele o próprio possuidor daquele conhecimento” (*ibidem*, p. 21).

O professor é, então, a autoridade de sua sala de aula, porém se trata de uma autoridade atravessada pelo apagamento, uma vez que ele precisa obedecer às hierarquias existentes na área da educação: coordenação, direção, SEDUC, MEC, a quem ele terá que dar satisfações sobre suas aulas, seus objetivos, seus resultados. O material didático pode ser considerado uma forma de apagamento, pois o professor passa a ser reproduzidor dos conteúdos já selecionados e disponibilizados nesse material.

Como já mencionamos, o POLPEF também fornece material didático e, uma vez que o professor concorde em participar do programa, ele tem a obrigatoriedade de usar o material, pois terá que desenvolver as atividades programadas.

Nessa perspectiva, compreendemos que há um apagamento no modo como o professor apropria-se das ideologias do POLPEF como se fossem dele, pois as autoras dos Cadernos do Professor (CP) trabalham no sentido de produzir esse apagamento por meio da “Língua de Estado”, convencem o professor de que ele continua sendo a autoridade responsável e que participar do concurso é uma escolha dele.

Nas sequências discursivas TV_SD9, “propõe uma metodologia para o professor”, e em CDPR_01_SD11, “o professor poderá chamar seus alunos”, a relação do professor com o POLPEF parece possuir um funcionamento que é da ordem hipotética, isto é, as palavras “propõem” e “poderá” significam no docente como algo que não é obrigatório e sim uma proposta que ele poderá ou não seguir.

No entanto, o discurso dos organizadores do POLPEF produz efeitos de sentidos de obrigatoriedade, uma vez que o professor se inscreve, torna-se uma peça fundamental na mediação para realização do concurso. A falta de empenho do docente no POLPEF pode vir acompanhada do fracasso escolar do estudante.

Observamos em CDPR_01_SD10, “Vocês, professores, tanto quanto nós, organizadores do Prêmio [...] somos mediadores”, e em CDPB_05_SD12, “é fundamental a

participação e o envolvimento dos professores”, marcas que retomam a memória, um já dito do discurso autoritário sobre questões relativas ao papel do professor, em que ele é significado como responsável pela transmissão do conhecimento e qualidade de ensino. De acordo com Orlandi (2015), a “prática docente é decisiva para a maneira como os alunos vão se significar para si e para os outros, logo, em relação ao modo como a sociedade os significa”.

Por meio das sequências discursivas, vimos que a linguagem utilizada nos CP’s pode ser compreendida como gestos de assujeitamento do sujeito-professor e também de gestos de apagamentos. Dessa forma, o docente acredita que é dono de suas escolhas, porém observamos que, ao aceitar participar do programa, o sujeito-professor assume a posição de porta-voz do Estado.

Compreendemos também que o sujeito-professor faz parte da classe trabalhadora, e “parte da sociedade é refém dos ditames governamentais” (NATIVIDADE; SILVA, 2013, p. 2). Logo, “seu poder de escolha limita-se a opções em conformidade com as propostas do Estado”, o que implica “duas consequências: o governo legitima cada vez mais seu poder de dominação sobre o sujeito e, simultaneamente, esse sujeito cegamente aceita essa prática e se conforma com todos os laços de dependência” (NATIVIDADE; SILVA, 2013, p. 2).

Na CDPR_03_SD12, “(**Professor**) Siga as orientações do fascículo e faça todas as oficinas com a sua classe. A realização das oficinas garante aos alunos compreender melhor como devem proceder para escrever um texto para participar do Prêmio e, possivelmente, ganhar o concurso.” observamos que há um pré-construído a respeito de o professor utilizar o material didático em suas aulas, mesmo não correspondendo à atuação de todos os docentes. Significa-se seu imaginário enquanto educador, havendo uma identificação com a prática.

[...] a identidade não é uma essência que carregamos, ela resulta de processos de identificação. O sujeito individuado inscreve-se, por suas práticas simbólicas, em uma ou outra formação discursiva, identificando-se com este ou aquele sentido, constituindo-se em uma ou outra posição sujeito na formação social (patrão, empregado, traficante, aluno, pessoa com deficiência, ou professor, etc. com seus sentidos.) (ORLANDI, 2015, p. 191).

Em CDPB_06_SD14, “Aparentemente é apenas um concurso de textos, mas, na realidade, a Olimpíada constitui uma estratégia de mobilização que oferece aos professores oportunidade de formação”, as autoras do CP utilizam outro modo de assujeitamento do sujeito-professor, por meio da formação continuada. Colocando que o POLPEF está ofertando uma formação extra, uma oportunidade de melhoria em relação à qualificação profissional, as

autoras dos fascículos trabalham com sentidos constituídos histórico-ideologicamente, de que o professor precisa estar sempre em constante estudo.

Como vimos, por meio das sequências discursivas, os organizadores do POLPEF deixam evidente a necessidade de o professor seguir a sequência didática sugerida pelo programa. O sujeito-professor, interpelado pelas formações ideológicas da FD a que ele pertence, passará a trabalhar por meio do apagamento, cumprindo metas estabelecidas pelo programa e reproduzindo o que é orientado pelo Estado.

3.3 Recorte 3 (aluno): discurso sobre a posição sujeito-aluno

Nesse recorte, falamos a respeito da posição sujeito-aluno esperada pelo Programa Olimpíada de Língua Portuguesa, por meio de sequências discursivas que tragam a palavra aluno, em destaque, analisando como esse sujeito é representado no discurso e o que é esperado dele.

TV_SD15

*A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o futuro propõe uma metodologia para o professor ensinar seus **alunos** escreverem cada vez melhor.*

CDPR_01_SD16

*Uma vez que serão publicadas as melhores produções, você precisa preparar seus **alunos** para escrever melhor textos que tenham condições de concorrer com os de alunos de outras escolas de todo o Brasil. Prepará-los não quer dizer criar expectativas de que façam um texto muito elaborado, como se fossem adultos. O que se espera é que escrevam poemas, reportagens sobre o lugar onde vivem ou textos de opinião que revelem o ponto de vista deles sobre o tema tratado.*

CDPR_01_SD17

*Mais do que focar os olhos para o que já é conhecido por todos, o professor poderá chamar seus **alunos** a colocar seus olhares em lugares, pessoas e acontecimentos nunca ou pouco vistos.*

CDPR_02_SD18

*uma vez que a conquista das habilidades de leitura e da escrita significa um determinante fator de inclusão social e de sucesso para os **jovens cidadãos** na vida cotidiana e no mercado de trabalho.*

CDPB_05_SD19

*Para que os **alunos** dos vários cantos do Brasil produzam textos de qualidade é fundamental a participação e o envolvimento dos professores, contando com o apoio da direção da escola, dos pais e da comunidade.*

CDPB_06_SD20

*Essa Olimpíada lançou um desafio para todos os **alunos** brasileiros: melhorar as práticas de escrita.*

O aluno é um sujeito em formação, começando a ser interpelado pelas ideologias das formações discursivas que ele circula e podendo absorver mais facilmente as ideologias da classe dominante. De acordo com Orlandi (2010), quando uma pessoa nasce, os discursos já estão acontecendo e ela é inserida nesses discursos, nos quais ela não é a origem. É como se ao nascer o indivíduo fosse uma folha em branco e, conforme vai tendo contato com a sociedade, vai sendo afetado pela história e pela ideologia, interpelado em sujeito.

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (*ibidem*, p. 46).

Para Orlandi (*ibidem*, p.48), “pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade.” Vimos no capítulo dois que nossa sociedade, pautada num formato capitalista, é composta por Aparelhos Ideológicos do Estado e que o AIE escolar é um dos principais aparelhos, pelo fato de que quase toda a sociedade faz parte dele, indiretamente como os pais, que têm acesso aos conteúdos dirigidos na escola por meio de seus filhos e diretamente como os professores e alunos participam ativamente de tudo que envolve este ambiente. Como aponta Althusser (1974, p. 68):

[...] o sistema familiar, adquire um sentido político, se consideramos que a Escola (e o par Escola-Família) constitui o Aparelho Ideológico de Estado dominante, Aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das relações de produção de um *modo* de produção ameaçado na sua existência pela luta de classes mundial.

É nos AIE, segundo Althusser (*ibidem*), que o estudante, além de aprender uma disciplina curricular, aprende também como deve se comportar na sociedade e ter uma consciência moral, cívica e profissional, mas principalmente sobre divisão de classes. Quando o filho de um proletariado vai para escola, é interpelado pela ideologia advinda da classe trabalhadora de que é preciso ter uma educação de qualidade para conseguir um bom emprego.

Na CDPR_02_SD18, “uma vez que a conquista das habilidades de leitura e da escrita significa um determinante fator de inclusão social e de sucesso para os **jovens cidadãos** na vida cotidiana e no mercado de trabalho”, podemos observar que o discurso dos organizadores do POLPEF sobre gestos de dar qualificação ao jovem, preparando-o para o mercado de trabalho como um ato de inclusão, ecoa na história do Brasil, com falhas no ensino da língua

portuguesa, desde o início da colonização, e significa no jovem estudante como uma maneira de pôr fim às desigualdades sociais. Porém, como afirma Natividade; Silva (2013, p. 2),

É evidente que essa inclusão social apregoada nos discursos governamentais não tem por propósito mexer na essência do capitalismo. É um equívoco pensar que esse movimento inclusivo se dará de forma unânime, visto que é regulado pelo sistema vigente. O processo de inclusão através das políticas afirmativas apenas ameniza, dentro dos limites consentidos pela classe dominante, algumas problemáticas, enquanto a base permanece intacta, a essencialidade não se transforma.

Partindo do sentido do domínio do AIE escola, compreendemos que o POLPEF, constituído das formações ideológicas advindas do capitalismo, regula as práticas pedagógicas.

Nas sequências TV_SD15, “A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro propõe uma metodologia para o professor ensinar seus **alunos** escreverem cada vez melhor”, CDPB_05_SD19, “Para que os **alunos** dos vários cantos do Brasil produzam textos de qualidade é fundamental a participação e o envolvimento dos professores, contando com o apoio da direção da escola, dos pais e da comunidade” e CDPB_06_SD20, “Essa Olimpíada lançou um desafio para todos os **alunos** brasileiros: melhorar as práticas de escrita”, compreendemos que o discurso sobre a preparação do jovem para o mercado de trabalho consiste em ler e escrever melhor, atribuindo a esse discurso sentido de segregação.

O Estado capitalista é estruturado pela falha, produzindo a falta e, em consequência a divisão, a diferença que, pelo funcionamento da ideologia em uma sociedade hierarquizada, cujas relações são dissimétricas, configurando-se como relações de força, e de poder, simbolizadas, produzem a segregação (preconceito) (ORLANDI, 2015, p. 192).

Nesse sentido, uma vez que o aluno ainda não domina as práticas de leitura e escrita, precisa aprendê-las, pois “quando se pensa na educação da pessoa, pensa-se sua inserção social como uma inserção para obter “informações” para que ela possa reivindicar seus direitos. Educação aí, é capacitação dessa pessoa para adquirir cidadania (ser um consumidor incluído), através das informações” (*ibidem*).

Em CDPR_01_SD16, “prepará-los não quer dizer criar expectativas de que façam um texto muito elaborado, como se fossem adultos”, observamos que o principal objetivo é que o aluno olhe para o lugar onde vive, e que esse lugar possa ser valorizado, produzindo efeitos de sentido de pertencimento e, quando forem escrever, as ideologias de sua FD

signifique nele, de modo que o estudante reproduzira já ditos que vão se apresentando por meio da memória discursiva, quando ele começar acionar questões sobre o tema proposto.

Na SD C DPR_01_SD17, “Mais do que focar os olhos para o que já é conhecido por todos, o professor poderá chamar seus **alunos** a colocar seus olhares em lugares, pessoas e acontecimentos nunca ou pouco vistos”, a formulação faz funcionar os padrões do discurso pedagógico, uma vez que o aluno será influenciado pelo professor que ocupa uma posição de autoridade, a seguir as orientações dadas pelo POLPEF, pois, como afirma Orlandi (2009, p. 17), no discurso pedagógico o professor tem “uma voz segura e auto-suficiente”, aparecendo como “o esmagamento do outro”, ou seja, o aluno no DP é persuadido.

Assim, o sujeito-aluno é afetado pela língua e pela história e, apesar de o POLPEF se apresentar como projeto que visa melhorar a educação brasileira, observamos que há algo que falha, pois as filiações de sentidos constituídos por já ditos, advindos pela história, pela memória se apresentam através das relações de força e poder, funcionando por meio da ideologia.

Dito de outro modo, compreendemos que intervenção do Estado, por meio principalmente das políticas públicas de ensino, acaba por significar como um lugar de apagamento e assujeitamento. Desse modo,

Diante desse panorama contraditório, constata-se ainda o movimento de culpabilização das vítimas. Ou seja, a responsabilidade pelo insucesso recai sobre os sujeitos, sejam eles alunos ou professores. O Estado se abstém de qualquer falha, e se justifica ao dizer que as condições foram dadas. (NATIVIDADE; SILVA, 2013, p. 4)

Assim, a posição sujeito-aluno esperada pelos organizadores do POLPEF é de um sujeito que se identifica com essas políticas, atravessadas pelo sentido de meritocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os autores dos materiais de divulgação do Programa Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (POLPEF) utilizam a Língua de Estado? Como o sujeito-professor e sujeito-aluno são estabelecidos pelo Estado e o modo como são representados nesses materiais? Essas foram as principais questões que nortearam esta pesquisa.

Pelo viés da Análise de Discurso, observamos como os discursos se materializam por meio da história e do contexto sociocultural, apresentando uma discussão mais intensa sobre Língua de Estado, a fim de compreender as estratégias usadas pelo Estado para espalhar suas ideologias por meio das propagandas governamentais.

Compreendemos, por meio da história, que o ensino da Língua Portuguesa no Brasil apresenta falhas desde sua constituição, contribuindo para que programas governamentais, que buscam a melhoria do ensino, sejam realizados. No Brasil, existem inúmeras Olimpíadas Curriculares que repetem o mesmo discurso: contribuir para melhorar o ensino público e diminuir a desigualdade social, no entanto, por se tratar de um país com realidades tão distintas, programas como as Olimpíadas acabam por colocar ainda mais em evidência a desigualdade. Ainda que muitos desses programas sejam realizados apenas em escolas públicas, nem todos os alunos têm acesso aos mesmos recursos, tornando a disputa desequilibrada.

Observamos o surgimento do POLPEF, quando era um projeto realizado por uma empresa privada e como se deu a transformação do projeto em Política Pública para Educação. Por meio do estudo de todas as edições do Caderno do Professor (CP), compreendemos como os discursos foram se modificando de uma edição para outra, deslocando-se do tom imperativo, que podia significar no professor como algo da ordem do obrigatório, para um discurso de caráter optativo, que utiliza-se da “Língua de Estado” para produzir sentidos de autonomia no educador. Compreendemos também o modo como a ideologia do Estado significa nesses materiais.

Nos enunciados presentes nos materiais de divulgação do POLPEF, em especial na propaganda televisiva e na parte destinada à apresentação do Caderno do Professor, encontramos redes de filiação de sentidos que fazem funcionar o discurso político, uma discursividade de sentidos constituídos para a classe trabalhadora sempre continuar ocupando um lugar social hierarquicamente inferior.

Desse modo, observamos como se realiza a divulgação do POLPEF, a maneira que o discurso do Estado é constituído por meio da Língua de Estado, buscando significar na comunidade escolar como um programa que melhora o rendimento escolar dos alunos de escola pública, sem demonstrar interesses outros.

Porém, em nossas análises, foi possível observar que, desde a escolha do tema do concurso “O Lugar onde vivo” até as orientações dadas ao sujeito-professor e ao sujeito-aluno, nos CP’s, configuram-se estratégias criadas pelo governo para manter as classes em seus lugares de origem.

Observamos que o POLPEF produz sentido de permanência no sujeito-aluno, uma vez que este é incentivado a pesquisar sobre sua própria cidade e instruído a encontrar pontos positivos em lugares pouco vistos pela sociedade local. Assim, o sujeito-aluno passará a admirar sua comunidade e ela significará nele de uma maneira mais positiva que antes, levando o sujeito-aluno a se conformar com o lugar que ocupa na sociedade.

Na análise dos materiais, vimos na textualização dos discursos do Estado que as discursividades em circulação sobre o sujeito-professor nesses espaços é o de um sujeito de dever, sujeito que se submete à vontade da classe dominante para cumprir metas e alcançar um bom desempenho no POLPEF.

Como o Estado tem conhecimento de que o livro didático é uma ferramenta, dentre outras, bastante utilizada pelo professor em sala de aula, busca promover programas como POLPEF, que fornece o material didático, por saber que pode encontrar nesses projetos um caminho para propagar seu discurso, uma vez que o sujeito-professor será sua voz na escola.

Compreendemos que o Estado, para convencer o sujeito-aluno a se esforçar em participar do concurso, mobiliza discurso de como melhorar de vida, presumindo-se que, ao escrever bem, o aluno terá chances de conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho e possivelmente ascender socialmente.

Observamos também que o Estado vê no sujeito-aluno uma forma de disseminar seu discurso, por se tratar de um sujeito que convive com toda a comunidade escolar, gestores, professores, e principalmente os pais, podendo, assim, compartilhar o que aprendeu na escola com todos. Ao pesquisar sobre o lugar que vive, este lugar começará a produzir sentido como um lugar de valor para o estudante, e todos ao seu redor poderão produzir os mesmos sentidos.

Diante do exposto, esperamos contribuir, com esta pesquisa, para um novo modo como o professor trabalha com programas como o POLPEF em sala de aula. É preciso que o professor analise os discursos e compreenda os interesses do Estado antes de começar aplicar

o programa com suas turmas, buscando, assim, levar o aluno por um caminho em que ele possa realmente mudar sua realidade e não apenas atender ao que o governo estabelece.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Mora Ramos. Lisboa: Editora Presença, 1974.
- BRESSANIM, J. A. **Políticas de formação continuada de professores em Mato Grosso : uma análise discursiva do Programa Gestar/ Joelma Aparecida Bressanin**. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.
- CLARA, Regina A., ALTENFELDER, A. H., ALMEIDA, N. **Se me lembro bem...: caderno do professor: orientação para produção de textos**. São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social, Brasília: DF, 2008.
- CLARA, Regina A., ALTENFELDER, A. H., ALMEIDA, N. **Se me lembro bem...: caderno do professor: orientação para produção de textos**. São Paulo: Cenpec, 2016.
- DIAS, C. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: Da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Discurso e Políticas Públicas Urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas; RG, 2010.
- DOLZ, Joaquim. A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro: uma contribuição para o desenvolvimento da aprendizagem da escrita. In: CLARA, Regina A., ALTENFELDER, A. H., ALMEIDA, N. **Se me lembro bem...: caderno do professor: orientação para produção de textos**. São Paulo: Cenpec, 2016.
- GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015. Acesso em: 10 nov. 2018.
- MENARDI, A. P. S.; AMARAL, T. C. I. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. Campinas - SP: Graf. FE; HISTEDBR, 2006 (Artigo em CD-Rom. 20 anos do HISTEDBR (1986-2006): Navegando na História da Educação). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html#_ftn2. Acesso em: 10 nov. 2018.
- MEGID, Cristiane. O Uso do Material Didático no Ensino da Língua Portuguesa. In: CORACINI, Maria José; CARVALLI, Juliana Santana (Orgs.). **(Des)Construindo Verdade(s) no/pelo Material Didático: Discurso, Identidade, Ensino**. Campinas, SP: Pontes, 2016.
- NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. **Ling. (dis)curso [online]**, v.18, n.3, p.647-663, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-76322018000300647&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2019.
- NATIVIDADE, S; SILVA, A. M. O. C. Políticas de inclusão: um entremeio discursivo demarcador da exclusão. **VI Seminário De Estudos Em Análise Do Discurso 1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto

Alegre: 2013. Disponível em:
<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/PAINEIS/PolíticasDeInclusao.pdf>.
 Acesso em: 30 jun. 2019.

ORLANDI, E. P. **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. Formas de individualização do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, E (Org). **Discurso e políticas públicas urbanas: uma fabricação do consenso**. Campinas: RG, 2010.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa**. In: RUA, n. 21, v. 2, p.187-206, Campinas, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642454/9967>. Acesso em: 30 jun. 2019.

_____. Propaganda Política e Língua de Estado: Brasil um país de todos. In: ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Campinas: RG, 2014. p. 30-38.

_____. Uma tautologia ou um embuste semântico- discursivo: País rico é país sem pobreza? In: ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OSTERMANN, F.; REZENDE, F. Olimpíadas de ciências: uma prática em questão. **Ciênc. educ.**, v.18 n.1 Bauru, 2012. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132012000100015. Acesso em: 10 nov. 2018.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática Do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

_____. Foi propaganda mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PFEIFFER, C. Políticas públicas de ensino. In: ORLANDI, E. **Discurso e políticas públicas urbanos:** uma fabricação do consenso. (org). Campinas: RG, 2010.

PIETRI, E. Sobre a constituição da disciplina curricular de língua portuguesa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a05v15n43.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

RODRIGUES, M. L. **MST:** discurso de reforma agrária pela ocupação: acontecimento discursivo. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

RODRIGUES, M. L.; TAFARELLO, P. C. Linguagem e ideologia. **Web Revista Páginas de Debates:** Questões de Linguística e Linguagem. n. 6, jun., 2009. Disponível em: <http://www.linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/06/06.htm>. Acesso em 12 mar. 2019.

SILVA, A. J. **Discursos em circulação:** o processo de seleção do livro didático da Língua Portuguesa. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TAFARELLO, P. C. **Sobre meninos e homens:** introdução ao estudo da identidade do pedófilo. Três Lagoas, MS: [s.n.], 2007.

WEBGRAFIA

Centro de Referência e Memória. Projeto: Olimpíadas de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://memoria.cenpec.org.br/index.php?mod=projetos.view.7&id=164&ordem=g>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Centro de Referência e Memória. Fundação Itaú Lança Prêmio Escrevendo o Futuro. Disponível em: http://memoria.cenpec.org.br/uploads/F1415_020-05-00009%20Escrevendo%20o%20Futuro-Release.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

Olimpíadas de Língua Portuguesa. Programa. Disponível em: <http://www.escrevendoofuturo.org.br/programa>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Olímpiadas de Língua Portuguesa: concurso. Disponível em: <http://www.escrevendoofuturo.org.br/concurso>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Olimpíadas de Língua Portuguesa 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bjq4T7Ddvow>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Protocolos de Intenções. Disponível em :

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/protoco_intencoes_olimpiada_portugues_19_04_2007.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

Olimpíada resgata o prazer da leitura e da escrita no ensino

fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/olimpport.html. Acesso em: 09 nov. 2018.